



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VII - GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS (CCEA)
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

JOAMA RODRIGUES ALVES

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA LOCAL:
a experiência dos empreendimentos quilombolas de Pombal- PB**

**PATOS-PB
2025**

JOAMA RODRIGUES ALVES

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA LOCAL:
a experiência dos empreendimentos quilombolas de Pombal- PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado à Coordenação do Curso de Administração da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

Área de concentração: Economia solidária.

Orientadora: Prof.^a Dra. Eunice Ferreira Carvalho

**PATOS-PB
2025**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A474e Alves, Joama Rodrigues.
Economia solidária como estratégia local
[manuscrito] : a experiência dos empreendimentos
quilombolas de Pombal- PB / Joama Rodrigues Alves. -
2025.

60 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Administração) - Universidade Estadual da Paraíba,
Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2025.

"Orientação : Prof. Dra. Eunice Ferreira Carvalho,
Coordenação do Curso de Administração - CCEA".

1. Comunidades quilombolas. 2. Economia solidária.
3. Empreendedorismo feminino. 4. Empreendimentos
quilombolas. I. Título

21. ed. CDD 338.9

JOAMA RODRIGUES ALVES

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA LOCAL: A EXPERIÊNCIA DOS
EMPREENHIMENTOS QUILOMBOLAS DE POMBAL- PB

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso
de Administração da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de
Bacharela em Administração

Aprovada em: 06/06/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Aretuza Candeia de Melo** (***.421.224-**), em **26/06/2025 22:22:58** com chave **423d89bc52f511f096c61a7cc27eb1f9**.
- **Felipe Cesar da Silva Brito** (***.355.404-**), em **27/06/2025 16:13:44** com chave **d8197438538a11f0bc731a7cc27eb1f9**.
- **Eunice Ferreira Carvalho** (***.478.144-**), em **26/06/2025 20:16:20** com chave **91abb96852e311f088e306adb0a3afce**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QrCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 13/07/2025

Código de Autenticação: 47c0d2



AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, Pai Eterno e Todo-Poderoso, por ter me permitido realizar um dos grandes sonhos da minha vida: concluir a graduação. Sei que Ele esteve ao meu lado em cada passo dessa caminhada, guiando meus caminhos, fortalecendo meu espírito e me encorajando a seguir em frente mesmo nos momentos mais difíceis. Foi por meio da fé que tenho nele que consegui superar os desafios e manter viva a esperança.

Aos meus pais, Francisco e Josefa, meu amor eterno e minha mais profunda gratidão. Obrigada por cada gesto de apoio, por cada palavra de incentivo, por cada sacrifício feito em silêncio. Vocês são meu alicerce, minha inspiração e meu exemplo diário de amor, paciência, coragem e dedicação. Tudo o que sou e conquistei até aqui devo a vocês. Prometo continuar sendo uma filha dedicada, honrando os valores que me ensinaram e fazendo de tudo para retribuir com orgulho todo o amor que sempre me deram.

Ao meu irmão Fabrício e à minha irmã Janily, obrigada por estarem sempre comigo, apoiando minhas ideias por mais malucas que fossem ouvindo minhas angústias, secando minhas lágrimas e me fazendo rir quando eu mais precisava. Obrigada pela paciência, pelas palavras de incentivo e pelo amor constante. Vocês foram e são fundamentais nessa jornada.

À minha querida orientadora Eunice, minha eterna gratidão por toda a dedicação, paciência, incentivo e confiança no meu trabalho. Suas orientações foram essenciais para que eu pudesse crescer academicamente e pessoalmente. Obrigada por me guiar com sabedoria e sensibilidade durante todo esse processo.

Um agradecimento especial às mulheres incríveis da Cooperativa Fonte do Sabor do Sertão Paraibano, por abrirem suas portas, dividirem suas histórias e por inspirarem com tanta garra, união e força feminina. Vocês tornaram esse trabalho ainda mais significativo e real.

Agradeço também ao Ateliê Casa de Barro, pela generosidade, receptividade e pelo exemplo de resistência cultural e valorização das raízes sertanejas. Foi uma honra conhecer de perto o trabalho de vocês, que vai muito além do artesanato é expressão de identidade, memória e pertencimento.

A todas essas pessoas e instituições, minha mais sincera gratidão. Levo comigo cada gesto, cada ensinamento e cada exemplo de força e humanidade que recebi ao longo dessa caminhada.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da Localização da Comunidade Remanescentes dos Rufinos e da Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano	20
Gráfico 1 - Faixa etária dos entrevistados.....	26
Gráfico 2 - Estado civil dos entrevistados	277
Gráfico 3 - Número de filhos dos entrevistados	27
Gráfico 4 - Faixa etária dos entrevistados	28
Gráfico 5 - Estado civil dos entrevistados	299
Gráfico 6 - Número de filhos dos entrevistados	29

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Processo de produção das peças em cerâmica	22
Imagem 2 - Coleção decorativa Raízes do Rufinos.....	31
Imagem 3 - Entrevistados do Ateliê Casa de Barro.....	355
Imagem 4 - Fotos das instalações da Cooperativa Fonte de Sabor.....	37
Imagem 5 - Entrevistados da Cooperativa Fonte dos Sabores do sertão paraibano	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Detalhamento da coleta de dados	23
Quadro 2 - Função dos entrevistados	24
Quadro 3 - Principais achados da análise dos resultados	25

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 Empreendedorismo: Aspectos Conceituais.....	12
2.2 Empreendedorismo e suas Diversas Expressões e a Participação Feminina	13
2.3 Economia Solidária e Empreendedorismo: Um elo possível.....	15
2.4 Economia Solidária: Centralidade do ser humano e princípios	16
2.5 O Papel das Mulheres no Empreendedorismo e na Economia Solidária.....	17
2.6 Comunidades Quilombolas no Brasil e Atividades Econômicas no Semiárido	18
3 METODOLOGIA	20
3.1 Localização da região e Caracterização da área de estudo	20
3.2 Classificação da Pesquisa	21
3.3 Coleta e Análise dos dados	21
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	25
4.1 Perfil Socioeconômico	26
4.2 Importância Socioeconômica e Cultural.....	30
4.3 Desafios e Oportunidades	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE I – Roteiro de entrevista semiestruturada com o Ateliê Casa do Barro	57
APÊNDICE II- Roteiro de entrevista semiestruturada com a Cooperativa Fonte do Sabor Paraibano	59

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo central analisar a importância socioeconômica e cultural das comunidades quilombolas no território de Pombal-PB, com ênfase nas experiências do Ateliê Casa de Barro e da Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano. A metodologia adotada foi qualitativa e descritiva, baseada em pesquisa de campo, com aplicação de entrevistas semiestruturadas aos cooperados, além de observação direta e análise documental. Os resultados revelaram que ambas as iniciativas desempenham papel fundamental na geração de renda, no fortalecimento da autonomia financeira dos participantes e na preservação das tradições culturais locais. Destacou-se ainda o protagonismo feminino na condução das atividades produtivas e organizacionais, assim como a adoção de práticas sustentáveis ligadas à economia solidária, que contribuem para o desenvolvimento sustentável e para a redução do êxodo rural. Conclui-se que as atividades empreendedoras e cooperativas analisadas representam alternativas eficazes de desenvolvimento territorial no semiárido nordestino, promovendo a valorização dos saberes tradicionais e a construção de redes de cooperação e autogestão, fundamentais para a superação das vulnerabilidades socioeconômicas dessas comunidades.

Palavras-chave: Comunidades. Economia solidária. Empreendedorismo feminino. Quilombolas.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the socioeconomic and cultural importance of Quilombola communities in the territory of Pombal-PB, with an emphasis on the experiences of Ateliê Casa de Barro and Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano. The adopted methodology was qualitative and descriptive, based on field research, with the application of semi-structured interviews with cooperative members, in addition to direct observation and documentary analysis. The results revealed that both initiatives play a fundamental role in income generation, strengthening participants' financial autonomy, and preserving local cultural traditions. Female leadership in productive and organizational activities was also highlighted, as well as the adoption of sustainable practices linked to the solidarity economy, which contribute to sustainable development and the reduction of rural exodus. It is concluded that the entrepreneurial and cooperative activities analyzed represent effective alternatives for territorial development in the Northeastern semi-arid region, promoting the valorization of traditional knowledge and the construction of cooperation and self-management networks, which are fundamental for overcoming the socioeconomic vulnerabilities of these communities.

Keywords: Communities. Female entrepreneurship. Solidarity economy. Quilombola.

1 INTRODUÇÃO

A riqueza cultural e a importância socioeconômica das comunidades quilombolas são inegáveis no cenário brasileiro. Como afirma Silva (2020, p. 20), "os quilombos representam não apenas um refúgio histórico, mas também um espaço de resistência e perpetuação de saberes ancestrais, fundamentais para a diversidade cultural do país." No contexto de Pombal-PB, essa realidade não é diferente, com comunidades que enfrentam desafios complexos, mas também desenvolvem estratégias inovadoras de subsistência e preservação.

A relevância deste tema reside na necessidade de visibilizar e valorizar as contribuições socioeconômicas e culturais desses grupos, que muitas vezes são marginalizados ou invisibilizados. A pesquisa busca preencher uma lacuna no entendimento sobre como iniciativas locais, como o Ateliê Casa de Barro e a Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano, impactam diretamente a vida de seus membros e o desenvolvimento territorial.

Este estudo busca refletir sobre como conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação da identidade cultural e a superação das vulnerabilidades socioeconômicas dessas comunidades. A questão central que orienta esta pesquisa é: de que forma as atividades empreendedoras e cooperativas podem se tornar vetores de autonomia e sustentabilidade, promovendo a valorização dos saberes tradicionais e a redução do êxodo rural no semiárido nordestino?

Este trabalho tem como objetivo central analisar a importância socioeconômica e cultural das comunidades quilombolas no território de Pombal-PB, com ênfase nas experiências específicas do Ateliê Casa de Barro e da Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano.

Para alcançar tal objetivo, o mesmo foi alicerçado pelos objetivos específicos: a) traçar o perfil socioeconômico das comunidades; b) identificar a importância econômica das atividades empreendedoras das comunidades, com foco na participação e contribuição das mulheres; c) traçar as relações entre as tradições culturais e as atividades de desenvolvimento, avaliando como essas interações influenciam o fortalecimento da identidade quilombola e; d) identificar os desafios e oportunidades enfrentados pelas comunidades quilombolas em Pombal no contexto do desenvolvimento local.

A justificativa para a realização deste estudo está na urgência de compreender e documentar as estratégias de resiliência e desenvolvimento local que emergem dessas comunidades. Ao destacar o protagonismo feminino, a geração de renda e a adoção de práticas sustentáveis, este trabalho contribui para o fortalecimento de políticas públicas e para a promoção de um desenvolvimento mais equitativo e culturalmente sensível. Acreditamos que

a análise dessas experiências pode servir como modelo para outras comunidades, impulsionando a economia solidária e a autogestão."

No que se refere à organização do trabalho, este está estruturado em cinco capítulos, além desta introdução. O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica, abordando os principais conceitos relacionados ao empreendedorismo, economia solidária, comunidades quilombolas e protagonismo feminino. O terceiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados. O quarto capítulo traz a análise dos resultados obtidos nas entrevistas e observações realizadas nas comunidades estudadas. Por fim, o quinto capítulo reúne as considerações finais, destacando as principais contribuições da pesquisa, limitações e possíveis desdobramentos para estudos futuros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Empreendedorismo: aspectos conceituais

O termo empreendedor (*entrepreneur*) surgiu na língua francesa no século XV, definindo "aquele que se compromete com algo" (Landström, 2005, p. 8). Schumpeter (1988) descreve o empreendedorismo como um processo de "destruição criativa", substituindo o que já existe por inovações. Dornelas (2008) afirma que o empreendedor detecta oportunidades, cria negócios assumindo riscos calculados e age com paixão e iniciativa, utilizando recursos de forma criativa e transformando o ambiente. Dolabela (2008, p. 23) ainda o define como alguém que "sonha e busca transformar seu sonho em realidade".

A prática do empreendedorismo sempre existiu na história da humanidade, desde a troca de bens nos primeiros agrupamentos humanos. Hisrich e Peters (2009) observam que na Idade Média o termo já era usado para descrever gerenciadores de grandes empreendimentos, que coordenavam recursos e mão de obra em situações instáveis, assumindo riscos financeiros e estruturais.

As principais teorias que abordam o empreendedorismo são a teoria econômica (também conhecida como Schumpeteriana) e a teoria comportamentalista. A teoria econômica, com destaque para Richard Cantillon, Jean Baptiste Say e Joseph Schumpeter (Baggio; Baggio, 2014), foca no papel central do empreendedor na dinâmica econômica, seja na assunção de riscos, na organização de recursos ou no impulsionamento da inovação. Essa perspectiva evidencia o empreendedor como agente transformador dos sistemas produtivos.

Já a teoria comportamentalista, abordada por autores como Max Weber, considera fatores psicológicos e sociais que influenciam a iniciativa empreendedora, ampliando a compreensão do fenômeno. O conceito de empreendedorismo tem ganhado relevância acadêmica e empresarial, sendo um dos principais impulsionadores do desenvolvimento nas últimas quatro décadas. Schumpeter (1988, p. 48) afirma que o empreendedor promove a inovação radical que "destrói e substitui os esquemas de produção existentes", gerando o conceito de "destruição criativa".

Drucker (1998) complementa que para Schumpeter o desequilíbrio dinâmico causado pelo empreendedor é o estado "normal" da economia, consolidando a teoria Schumpeteriana como base da teoria econômica institucional para entender o papel do empreendedor na transformação dos sistemas produtivos.

O empreendedorismo não se limita à criação de empresas, sendo também um fenômeno social capaz de desenvolver capital social e humano, conforme destaca Zarpellon (2010). É

fundamental ampliar a compreensão do empreendedorismo para além da dimensão individual, reconhecendo-o como um fenômeno social que transforma realidades. Quando coletivo, impulsiona a cooperação, o compartilhamento de conhecimento e o crescimento sustentável das comunidades, alinhando-se aos princípios da Economia Solidária.

Esse modelo valoriza a participação ativa na construção de soluções que atendam às necessidades individuais e coletivas, promovendo um desenvolvimento inclusivo, equilibrado e melhoria das condições de vida de um grupo mais amplo. Assim, o empreendedorismo pode ser um mecanismo estratégico de inclusão, inovação e progresso social.

Dornelas (2008) descreve o empreendedor como alguém com características que vão além da simples criação de negócios: são visionários, sabem tomar decisões, fazem a diferença, exploram oportunidades, são determinados, dinâmicos, dedicados, otimistas e apaixonados, independentes, líderes, bem relacionados, organizados, planejam, possuem conhecimento, assumem riscos calculados e criam valor para a sociedade.

Essas características revelam que o empreendedorismo exige um conjunto de habilidades para identificar oportunidades, tomar decisões estratégicas e gerar impacto social. O sucesso empreendedor não se baseia apenas em talento ou intuição, mas em organização, planejamento e conhecimento, tornando-o um processo dinâmico que combina preparo técnico, mentalidade estratégica e uma postura ativa.

Ainda que existam diversos estudos, há divergências na classificação do empreendedorismo. Leite e Oliveira (2007) o dividem em Empreendedorismo por Necessidade (negócios criados por falta de alternativa) e Empreendedorismo por Oportunidade (descoberta de uma oportunidade lucrativa). Pessoa (2005) define três tipos principais: empreendedor corporativo (intraempreendedor ou interno), empreendedor startup (cria novos negócios/empresas) e empreendedor social (cria empreendimento com missão social).

Essas classificações são complementares: enquanto Leite e Oliveira (2007) focam nas motivações, Pessoa (2005) explora os perfis e contextos, reforçando que o empreendedorismo é um fenômeno complexo, influenciado por fatores internos e externos, e adaptável às mais diversas realidades.

2.2 Empreendedorismo e suas Diversas Expressões e a Participação Feminina

A participação feminina no empreendedorismo começou a ganhar destaque no século XX, impulsionada pelas Guerras Mundiais, quando mulheres assumiram papéis antes masculinos, e pelos movimentos feministas que lutavam por igualdade (Baylão; Schettino, 2014). No Brasil, o empreendedorismo feminino é promissor, com cerca de 10,35 milhões de

mulheres à frente de negócios em 2024, apesar de ainda representarem apenas 34,1% do total, indicando a necessidade de políticas de apoio. Desafios como o acesso a crédito, o preconceito e a sobrecarga da dupla jornada. É crucial entender o perfil e as motivações dessas mulheres para criar estratégias eficazes de inclusão (Carrijo; Ferreira, 2017).

O empreendedorismo assume diversas expressões, como o empreendedorismo social, voltado para a resolução de problemas sociais; o empreendedorismo cooperativo, baseado no fortalecimento coletivo e na partilha de recursos; o empreendedorismo cultural, que valoriza as manifestações artísticas e identitárias; e o empreendedorismo verde, que visa reduzir os impactos ambientais por meio da sustentabilidade. O cooperativismo, originado em 1844 com a *Rochdale Society of Equitable Pioneers*, surgiu como uma alternativa ao capitalismo e à exploração da Revolução Industrial, visando solidariedade e valorização do trabalho (Vicentino, 2001; Bialoskorski Neto, 2006). Ele se destaca pela gestão democrática e busca por melhoria da qualidade de vida (Fiorini; Zampar, 2015). Com a tecnologia, cooperativas enfrentam novos desafios, mas também inovações, devendo manter sua essência participativa para um futuro justo e solidário.

Outras vertentes relevantes incluem o empreendedorismo cultural (promove arte e cultura), verde e sustentável (que minimiza os impactos ambientais e promove a sustentabilidade). A economia solidária busca a colaboração e o bem-estar coletivo. Todas convergem para equilibrar sucesso econômico e responsabilidade socioambiental.

Empreendedores são "heróis populares" que impulsionam inovação, crescimento econômico e geração de empregos (Chiavenato, 2017). Seu sucesso depende de um ambiente favorável, com acesso a recursos e políticas de incentivo.

O empreendedorismo social busca soluções inovadoras para crises sociais, econômicas e ambientais (Zahra; Wright, 2016). É complexo e desafiador, mas oferece oportunidades para modelos coletivos e inclusivos (Bornstein; Davis, 2010). Ao contrário do foco exclusivo no lucro, o empreendedorismo social busca equilíbrio entre sustentabilidade financeira e benefício coletivo, reinvestindo lucros para ampliar seu impacto e focando na inclusão social e democratização do acesso a serviços essenciais. Jardim (2019) o define como ações que visam ajudar pessoas, com base na participação comunitária e responsabilidade social. Suas raízes no século XIX mostram a busca por soluções estruturadas para problemas sociais, diferentemente da caridade tradicional (Himmelfarb, 1991). O empreendedorismo social acredita na criação de soluções inovadoras que valorizem o bem-estar coletivo e a inclusão.

Com a crescente consciência ambiental, surge o empreendedorismo verde, que integra sustentabilidade aos negócios, buscando equilibrar desenvolvimento econômico com

preservação ambiental, e promovendo tecnologias limpas. Ganhou força a partir da década de 1990, com o intuito de criar soluções que respeitem a saúde ambiental e os limites do planeta. Seu principal objetivo é a transição para uma economia circular, minimizando resíduos e reaproveitando recursos. A logística reversa e o uso de materiais biodegradáveis são estratégias essenciais. Elkington (1997) destaca o *Triple Bottom Line* (social, ambiental e econômico). Consumidores também impulsionam o empreendedorismo verde, com 66% dispostos a pagar mais por produtos sustentáveis (Nielsen, 2024).

2.3 Economia Solidária e Empreendedorismo: um elo possível

Em meados do século XIX, a Primeira Revolução Industrial na Europa, caracterizada pela substituição da manufatura por máquinas, intensificou a exploração e gerou problemas sociais como desemprego e miséria (Collyer, 2015). Nesse contexto, surgiu o que Aleixo (2015) chama de "associativismo pioneiro", ou Economia Social, como reação às condições precárias do capitalismo, dando origem a iniciativas de mutualismo e cooperativismo.

Robert Owen, um industrial britânico, foi um dos primeiros a defender os direitos dos trabalhadores, propondo cooperativas como forma de superar a crise econômica, inspirando a criação de diversas cooperativas (Lechat, 2002). Esse movimento contra o capitalismo culminou na década de 1930 com a Grande Depressão, impulsionando o surgimento de sindicatos e cooperativas globais.

A primeira cooperativa formal, a *The Rochdale Society of Equitable Pioneers*, foi fundada em 1844, em Manchester, Inglaterra. Criada por 28 operários, buscava apoiar iniciativas de trabalho coletivo e estabeleceu princípios que inspiram o cooperativismo mundial, tornando-se referência para Empreendimentos Econômicos Solidários (Singer, 2002; Lechat, 2002). Muitas cooperativas do final do século XIX nasceram de greves, cortes salariais ou iniciativas de grupos trabalhistas (Cole, 1944), consolidando o modelo cooperativo como alternativa viável ao capitalismo e promovendo um desenvolvimento mais inclusivo.

A Economia Solidária "surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo" para aqueles marginalizados do mercado de trabalho (Singer, 2000, p. 113). Faria (2011, p. 42) a define como "outro modelo econômico, voltado para a garantia do bem-estar e não do lucro". Lisboa (2003, p. 277) reforça que é uma proposta transformadora do sistema capitalista, indo além do combate ao desemprego ao negar a lógica capitalista e gerar uma vontade de transformação social.

No Brasil, a Economia Solidária se desenvolveu a partir da década de 1980, ligada a períodos de crise e desemprego, impulsionando trabalhadores a buscar formas coletivas de

geração de renda. Em diversos países, como na Argentina pós-crise de 2001, a recuperação de fábricas por trabalhadores demonstrou a viabilidade desse modelo. Universidades brasileiras também têm estimulado os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) por meio de projetos de extensão (Pinto, 2006).

O Nordeste, especialmente a Paraíba, é pioneiro na Economia Solidária brasileira, com organização de trabalhadores em cooperativas desde as décadas de 1980 e 1990, fomentadas por movimentos sociais e religiosos (Leite, 2016). Experiências locais demonstram autogestão e resistência econômica. A Paraíba também se destaca na criação de políticas públicas, como feiras solidárias e programas de crédito, fortalecendo o setor e gerando renda e inclusão (Gaiger, 2014). Isso comprova a viabilidade da Economia Solidária para um desenvolvimento mais justo e sustentável.

2.4 Economia Solidária: centralidade do ser humano e princípios

A Economia Solidária tem como princípio a centralidade do ser humano nas relações produtivas, promovendo equidade no trabalho e na distribuição de renda, em prol de uma sociedade mais justa e colaborativa. Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), que geram bens e serviços, são essenciais nesse modelo alternativo.

Os EES são organizações produtivas voluntárias, geridas democraticamente, que não visam maximizar lucros (Lisboa, 2005). Conforme Gaiger (2004), podem ser cooperativas, associações ou grupos informais, mas compartilham a ausência de subordinação, a partilha equitativa de resultados e a valorização do trabalho. Seus princípios fundamentais incluem autogestão, cooperação, solidariedade e democracia.

A autogestão é a administração democrática dos empreendimentos pelos próprios trabalhadores, promovendo autonomia e comprometimento (Albuquerque, 2003; Lefebvre, 2017). Embora seja uma alternativa à heterogestão e evite hierarquias rígidas, seu sucesso depende do engajamento dos membros, pois "o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios" (Singer, 2002, p. 19).

Solidariedade, democracia e cooperação são valores interligados que promovem a participação ativa e a corresponsabilidade (Singer, 2002; Gaiger, 2003). Esses princípios são cruciais para a transformação social e econômica, construindo uma sociedade mais justa e inclusiva.

Além desses fundamentos, três dimensões merecem destaque na gestão dos EES: a geração de renda, a inclusão social e a responsabilidade ambiental. Segundo Oliveira (2004), a Economia Solidária permite aos trabalhadores "o enfrentamento da lógica de produção

capitalista”, ao eliminar a separação entre capital e trabalho. A geração de renda prioriza a distribuição equitativa; a inclusão social oferece oportunidades a grupos marginalizados, especialmente mulheres; e a responsabilidade ambiental orienta práticas sustentáveis, como o reaproveitamento de materiais e a economia circular, sendo a agricultura familiar uma expressão concreta dessa abordagem. Esses elementos reforçam o caráter transformador da Economia Solidária, promovendo um desenvolvimento mais justo e sustentável.

O movimento da Economia Solidária tem suas raízes na Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, cuja experiência inspirou diversas modalidades de cooperativismo, como os de crédito, produção e consumo, todas baseadas na gestão coletiva, na equidade e na participação democrática. Assim, os princípios e modelos dos EES demonstram a viabilidade de uma alternativa concreta ao sistema capitalista, voltada para a melhoria coletiva das condições de vida. A inclusão feminina, promovida por meio dessas práticas solidárias, é essencial para a promoção da equidade de gênero e o empoderamento das mulheres, permitindo-lhes assumir papéis de liderança e atuar como agentes de transformação em suas comunidades.

2.5 O Papel das Mulheres no Empreendedorismo e na Economia Solidária

A trajetória das mulheres é marcada por resistência e luta por direitos. No século XVIII, pensadoras como Mary Wollstonecraft (1792) já defendiam o acesso à educação e a valorização da dignidade feminina. O movimento sufragista do século XX, liderado por figuras como Emmeline Pankhurst, conquistou o direito ao voto, e Simone de Beauvoir (1949) destacou a construção social dos papéis de gênero. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 foi um marco para a igualdade de direitos.

A crescente inserção feminina no mercado de trabalho trouxe a "dupla jornada" (trabalho formal e doméstico), refletindo uma persistente desigualdade de gênero (Carrasco, 2003). Apesar das barreiras históricas, mobilizações femininas e a expansão industrial no século XX abriram novas oportunidades (Baylão e Schettino, 2014).

Atualmente, o empreendedorismo feminino no Brasil é uma das áreas de maior crescimento, com aproximadamente 50% dos pequenos negócios sendo liderados por mulheres (Sebrae, 2024). Muitas empreendem por autonomia e flexibilidade, mas ainda enfrentam desafios como acesso a crédito e discriminação.

A Economia Solidária, pautada pela inclusão, é crucial para o engajamento feminino, rompendo barreiras do mercado formal e promovendo igualdade e empoderamento (Faria, 2013). Singer (2002) destaca que as mulheres são protagonistas nesse modelo, alcançando autonomia financeira e combatendo a desigualdade. Dados do SIES revelam que mais de 60%

dos empreendimentos solidários no Brasil são liderados por mulheres, principalmente em artesanato, agricultura familiar e serviços comunitários.

No Brasil, o governo brasileiro tem investido no fortalecimento da Economia Solidária por meio de iniciativas como o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que oferecem suporte técnico, formativo e financeiro. Na Paraíba, as mulheres lideram entre 70% e 80% das famílias envolvidas em empreendimentos solidários, promovendo geração de renda, empoderamento e melhoria da qualidade de vida. O Estado democrático de direito exerce papel fundamental na promoção da inclusão feminina, por meio da formulação de políticas públicas que enfrentam desigualdades estruturais e estimulam a participação das mulheres em espaços de decisão (Lima e Lacerda, 2018). Exemplo disso é a realização da Conferência Intermunicipal de Economia Popular e Solidária na Paraíba (2024), que reafirma o compromisso com a equidade. Nesse sentido, a Economia Solidária, aliada ao protagonismo feminino, consolida-se como uma estratégia eficaz para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.6 Comunidades Quilombolas no Brasil e Atividades Econômicas no Semiárido

As comunidades quilombolas no Brasil representam mais do que um recorte étnico-racial: são guardiãs de saberes ancestrais, modos de vida tradicionais e uma forte resistência cultural. Esses grupos, formados por descendentes de africanos escravizados que fugiram e se organizaram em territórios próprios, espalham-se por diferentes regiões do país e enfrentam desafios históricos relacionados à terra, à cidadania e à inclusão econômica. Apesar dos avanços legais, como o reconhecimento constitucional de seus direitos, ainda persistem dificuldades na efetivação dessas garantias, especialmente em áreas mais vulneráveis, como o Semiárido brasileiro.

Os quilombos estão espalhados por várias partes do Brasil e preservam seus próprios modos de vida, que se fundamentam em tradições orais, rituais religiosos de origem africana, práticas de cultivo tradicionais e uma forte organização comunitária. A identidade quilombola não se resume apenas à cor da pele ou à ascendência direta, mas expressa-se principalmente no sentimento de pertencimento e na relação com o território.

A região Nordeste concentra a maior parte da população quilombola do país. De acordo com dados do Censo Demográfico de 2022, 68,19% da população quilombola do país reside nessa região, que também é uma das mais afetadas por desafios climáticos, especialmente a escassez de chuvas e os prolongados períodos de seca (IBGE, 2022). Essa realidade ambiental traz limitações às maneiras de viver e requer que as pessoas que habitam essa área tenham uma

grande capacidade de adaptação. As atividades econômicas realizadas neste local vão além da simples sobrevivência; elas refletem a conexão do povo quilombola com a terra, frequentemente fundamentadas em práticas agroecológicas, agricultura familiar e manejo sustentável dos recursos naturais.

Nesse cenário, as comunidades quilombolas do Semiárido têm buscado alternativas de geração de renda que aliem tradição, sustentabilidade e inovação. A agricultura familiar, por exemplo, ainda é a base econômica de muitas dessas comunidades. Práticas agroecológicas têm sido adotadas em diversos territórios como uma forma de respeitar o bioma da Caatinga e garantir a segurança alimentar. Segundo dados divulgados pelo portal G1, a agricultura familiar tem se consolidado como elemento central no abastecimento interno de alimentos no Brasil, sendo responsável por cerca de 67% da ocupação das áreas rurais, distribuídas em aproximadamente 4 milhões de propriedades produtivas e as comunidades quilombolas contribuem com uma parcela importante dessa produção, mesmo em ambientes de baixa fertilidade e escassez hídrica.

Além da agricultura familiar, comunidades quilombolas têm buscado outras maneiras de gerar renda, especialmente por meio da organização em cooperativas e associações. Essas iniciativas têm sido fundamentais para valorizar o trabalho em grupo, ajudar na venda de produtos locais e fortalecer a economia solidária. A organização de cooperativas voltadas à produção de alimentos, ao beneficiamento de frutas nativas e à confecção de artesanato tem contribuído para dar maior visibilidade aos produtos quilombolas, que atualmente alcançam espaços como feiras, mercados institucionais e iniciativas governamentais de compras públicas, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Essa diversidade de estratégias econômicas adotadas pelas comunidades quilombolas do Semiárido evidencia a complexidade de suas dinâmicas territoriais e produtivas, marcadas por um constante diálogo entre tradição e adaptação às transformações sociais, ambientais e econômicas. Nesse contexto, torna-se relevante considerar os múltiplos fatores que influenciam o desenvolvimento dessas comunidades, como o acesso a políticas públicas específicas, os impactos das mudanças climáticas sobre os modos de produção e as relações com os mercados locais e regionais.

A partir da análise dessas interações, é possível compreender com mais profundidade os percursos trilhados pelas comunidades quilombolas na construção de uma economia sustentável, ao mesmo tempo em que preservam e valorizam seus saberes tradicionais, sobretudo em contextos marcados pela persistência de desigualdades estruturais.

3 METODOLOGIA

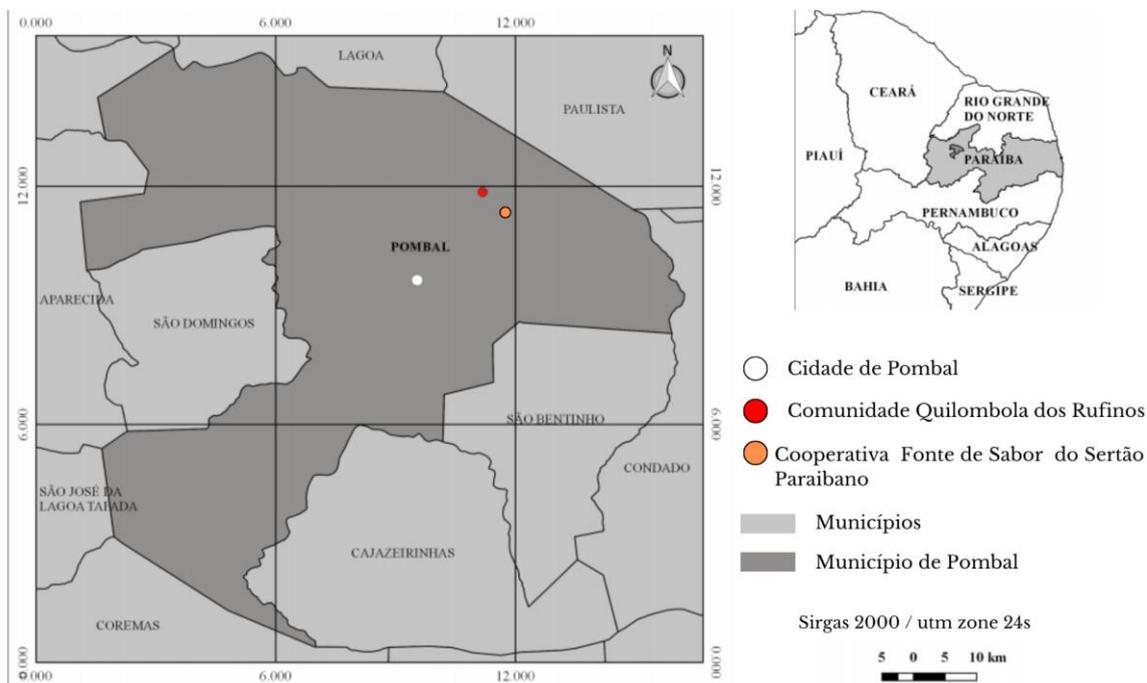
3.1 Localização da região e Caracterização da área de estudo

A área de estudo abrange a zona rural de Pombal, Paraíba, município da mesorregião do Sertão Paraibano e microrregião de Sousa (IBGE, 2022; ANA, 2021), onde estão localizados o Ateliê Casa de Barro e a Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano.

A região é predominantemente rural, apresenta clima semiárido, com longos períodos de estiagem, vegetação de caatinga e solos rasos e pedregosos fatores que influenciam diretamente as práticas artesanais e agrícolas desenvolvidas localmente.

Municípios vizinhos como Aparecida, Cajazeirinhas, Condado, Lagoa, Paulista, São Bentinho, São Domingos e Vista Serrana compartilham características semelhantes, favorecendo o intercâmbio de saberes e práticas culturais, especialmente no artesanato tradicional em barro, que é uma forte expressão da identidade sertaneja (Figura 1).

Figura 1 - Mapa da Localização da Comunidade Remanescentes dos Rufinos e da Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano



Fonte: Mapa elaborado pela autora (2025), com base nos dados do IBGE (2022).

3.2 Classificação da Pesquisa

O estudo pode ser entendido como uma pesquisa qualitativa, por buscar investigar e compreender as interações vivenciadas num ambiente natural, por meio da análise dos dados obtidos, valorizando a percepção dos aspectos individuais e coletivos (Gil, 2008).

Ainda conforme Gil (2008) a pesquisa se constitui, segundo os objetivos, como descritiva, onde se busca a construção de intermediações entre as variáveis. Os estudos qualitativos podem descrever a complexidade de determinado problema, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais (Diehl; Tatim, 2004).

Segundo o procedimento técnico essa pesquisa, classifica-se como estudos de casos, que se caracteriza pelo estudo de um ou poucos objetos, de maneira a obter um detalhamento de uma realidade dentro do contexto de um grupo específico (Diehl; Tatim, 2004). Um estudo de caso é empírico, pois estuda um fenômeno da vida real, enfrentando a ocorrência de muitas variáveis.

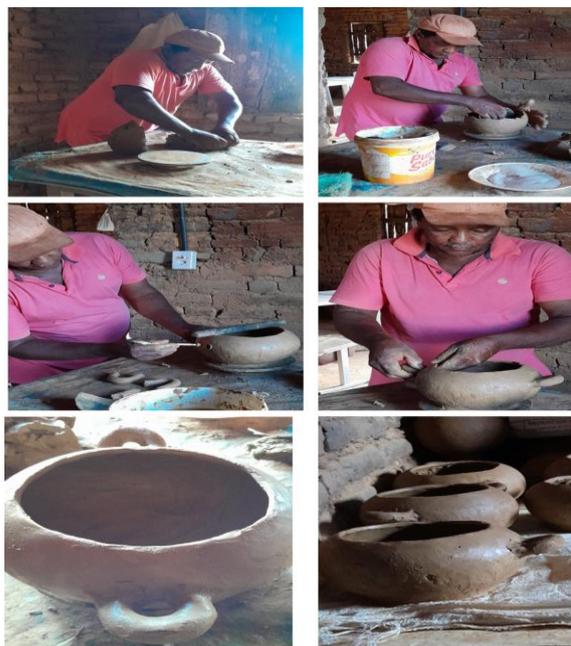
3.3 Coleta e Análise dos dados

Inicialmente, foi realizado contato via WhatsApp com os representantes dos dois estudos de caso o Ateliê Casa de Barro e a Cooperativa Fonte de Sabor com o objetivo de agendar uma visita de sondagem, que ocorreu no dia 17 de fevereiro de 2025 apenas no ateliê. Essa visita teve como finalidade conhecer o local e os participantes, possibilitando uma aproximação prévia para a realização das entrevistas.

Posteriormente, foram agendadas as entrevistas semiestruturadas, que incluíram registros fotográficos, gravações em vídeo e áudio, além de observação ativa.

A entrevista no Ateliê Casa de Barro foi realizada na manhã do dia 25 de abril de 2025. Antes do início formal da entrevista, um dos membros do ateliê apresentou todo o processo de produção das peças de cerâmica, desde a escolha do barro mais adequado para cada tipo de peça, passando pela modelagem, secagem, lixamento e queima. Também foi apresentado o forno construído com tijolos de barro, que comporta mais de 500 peças por vez. A entrevista começou às 09h17 e foi documentada por estudantes do 7º e 2º períodos do curso, que participaram como observadores e contribuíram com o registro audiovisual.

Imagem 1 - Processo de produção das peças em cerâmica



Fonte: Joama Rodrigues Alves, 2025

Na parte da tarde do mesmo dia, foi realizada a entrevista na Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano, com início às 16h. A atividade contou com registros em foto, vídeo e áudio, todos devidamente autorizados pelos entrevistados. A entrevista teve início com a fala dos cooperados, seguida por uma visita às instalações de produção das polpas de fruta, onde foi possível acompanhar todas as etapas, desde a recepção das frutas até a rotulagem e distribuição dos produtos. No total, foram entrevistadas seis pessoas.

A entrevista semiestruturada, de acordo com Laville e Dionne (1999), é uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em ordem prevista, mas na qual o entrevistado pode acrescentar perguntas de esclarecimento.

A observação ativa é uma técnica em que o pesquisador se envolve diretamente na situação observada, interagindo com o ambiente para compreender mais profundamente os fenômenos em estudo (Gil, 2008). Segundo o autor, a entrevista é, antes de tudo, uma forma de interação social, mas também uma técnica na qual o entrevistador se coloca frente ao entrevistado e lhe dirige perguntas com o objetivo de obter dados relevantes para a investigação.

As entrevistas seguiram um roteiro de 16 perguntas abertas (Apêndice I e II), organizadas em três eixos temáticos: aspectos socioeconômicos; importância social, econômica e cultural; desafios e perspectivas.

No Ateliê Casa de Barro, os entrevistados incluíram associados da comunidade dos Rufinos, entre eles a vice-presidente e três colaboradores, que juntos representam 40% dos 15 associados. Na Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano, as perguntas foram direcionadas incluindo a atual presidente e sua sucessora e quatro cooperados, totalizando 60% dos 25 cooperados.

Por fim, foram entrevistados um total de 10 entrevistados ao todo. Após a coleta de informações, as respostas foram reunidas por similitude ou que trazem uma informação importante para os objetivos da pesquisa e embasadas a partir das literaturas relacionadas.

Quadro 1 - Detalhamento da coleta de dados

Etapas	Detalhes das Ação	Datas/ Período	Estudos de Caso Envolvido	Instrumentos/ Técnicas	Participantes/ Observações
1. Contato Inicial e Visita de Sondagem	Agendamento via WhatsApp e visita prévia para conhecer o local e os participantes.	17 de Fevereiro de 2025	Ateliê Casa de Barro	Contato telefônico (WhatsApp), Visita de Sondagem	Representantes dos estudos de caso, Pesquisadores.
2. Entrevista no Ateliê Casa de Barro	Apresentação do processo de produção de cerâmica (escolha do barro, modelagem, secagem, lixamentos queima e forno).	Manhã de 25 de abril de 2025	Ateliê Casa de Barro	Entrevista semiestruturada, Registros fotográficos, Gravações (vídeos, e áudios), Observação ativa	Associados da comunidade dos Rufinos (vice-presidente e 3 colaboradores), Estudantes (7º e 2º períodos) como observadores
3. Entrevista na Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano	Entrevista semiestruturada com cooperados. Visitas às instalações de produção de fruta (recepção, procedimentos, rotulagem, distribuição).	Tarde de 25 de abril de 2025	Cooperativa Fonte do Sabor do Sertão Paraibano	Entrevista semiestruturada, Registros fotográficos, Gravações (vídeos, e áudios), Observação ativa	Presidente atual, sucessora e 4 cooperados (total de 6 pessoas)
4. Roteiro das Entrevistas	Roteiro com 16 perguntas abertas, divididas em três eixos temáticos.	-	Ambos	Roteiro de Entrevista (Apêndice I e II)	Total de 10 entrevistados (40% dos associados do Ateliê e 60% dos cooperados da Cooperativa)

5. Análise dos Dados	Coleta e organização das respostas similitude ou relevância para os objetivos da pesquisa . Embasamento com literatura relacionada .	Os dados apresentados foram analisado entre os dias 26 de abril à 30 de maio de 2025	Ambos	A análise dos dados foi feita por meio da organização das respostas em temas, utilizando anotações, registros audiovisuais e observações feitas durante as entrevistas.	Foi realizada a partir dos relatos dos participantes e das anotações registradas durante as visitas, ressaltando as percepções e experiências mais significativas para a pesquisa.
-----------------------------	--	--	-------	---	--

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados obtidos (2025).

Quadro 2 – Identificação dos entrevistados

Entrevistados	Atelier Casa de Barro	Entrevistados	Cooperativa Fonte do Sabor Paraibano
Entrevistado I	Vice- presidente/ fundadora	Entrevistado 1	Cooperada
Entrevistado II	Um dos primeiros artesões	Entrevistado 2	Cooperada
Entrevistado III	Associada 3	Entrevistado 3	Cooperada
Entrevistado IV	Associado 4	Entrevistado 4	Cooperado

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados obtidos (2025).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise a seguir apresenta os dados obtidos por meio das entrevistas realizadas nas comunidades selecionadas, organizando-se em três eixos temáticos: 1. Perfil socioeconômico do grupo: traça-se o perfil dos participantes, oferecendo um panorama das características socioeconômicas das comunidades estudadas; 2. Importância econômica das atividades empreendedoras: aprofunda-se a discussão sobre a relevância econômica das iniciativas empreendedoras locais, com especial atenção à participação e contribuição das mulheres; 3. Desafios e oportunidades: analisa-se os desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas de Pombal, bem como as oportunidades de desenvolvimento local, em alinhamento com os objetivos propostos neste estudo.

Quadro 3 - Principais achados da análise dos resultados

Categorias de Análise	Ateliê Casa de Barro (Comunidade Quilombola dos Rufinos)	Cooperativa Fonte do Sabor do Sertão Paraibano
Perfil Socioeconômico	<p>Associados: 15 membros. Idade: Maioria entre 36-50 anos Estado Civil: Predominância de mulheres casadas (66,7%) Filhos: Maioria com três filhos (46,7%), perfil de famílias numerosas. Renda: 1 a 3 salários mínimos.</p>	<p>Cooperados: 24 membros. Idade: Maioria entre 26 - 35 anos Estado Civil: Predominantemente (44%) preferem não informar o estado civil Filhos: A maioria com 2 filhos (28%) Renda: 1 a 3 salário mínimos.</p>
Importância Econômica	<p>Transformação de conhecimentos tradicionais em fonte de geração de renda pela comercialização de peças de barro (mercado interno e externo). Principal fonte de sustento para muitas famílias, contribuindo para a permanência no território rural. Parcerias com CEMAR, SEBRAE, Casa Bonita (SP).</p>	<p>Geração de renda através da agroindustrialização de polpas de frutas Inclusão produtiva de mulheres, jovens e idosos Comercialização para merenda escolar, IFPB, universidades e mercado privado. Compromisso com práticas ambientalmente responsáveis (compra de frutas sem agrotóxicos).</p>
Liderança e Protagonismo	<p>Liderança feminina histórica na organização e produção. Atual liderança de Thiago Rufino (nova geração), que se apoia na base feminina Protagonismo feminino na autogestão e valorização cultural, contribuindo para redução da violência doméstica e empoderamento.</p>	<p>Início da agroindústria com quatro mulheres, superando a desconfiança. Empoderamento feminino e redução da violência doméstica. Integração intergeracional na dinâmica produtiva.</p>
Desafios e Oportunidades	<p>Desafios: Necessidade de constante capacitação e articulação. Dificuldade de continuidade em oficinas externas. Oportunidades: Ampliação do potencial comercial com novas linhas decorativas ("Raízes do Rufinos"). Preservação da identidade cultural e artesanato.</p>	<p>Desafios: Quase falência durante a pandemia, superada por participação em editais. Oportunidades: Formalização como cooperativa em 2022.</p>

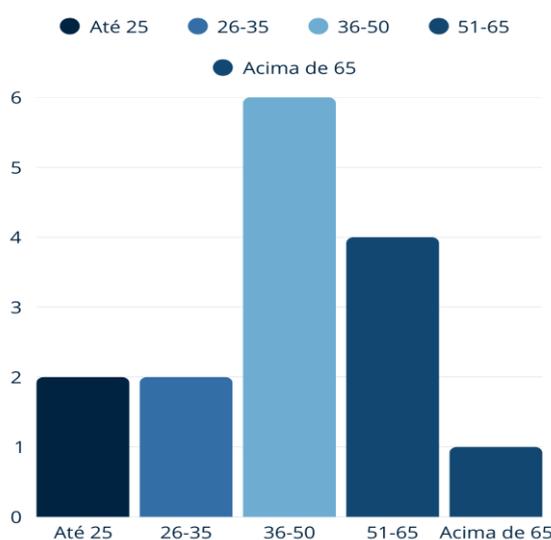
Impactos Social e Cultural	Preservação da identidade quilombola e saberes ancestrais. Geração de renda como alternativa ao êxodo rural. Fortalecimento de vínculos comunitários e autonomia feminina.	Preparação para exportação (projeto Qualiexporta e feiras internacionais). Distribuição de mudas de frutíferas para fortalecer a produção local. Redução do êxodo rural ao oferecer oportunidades aos jovens. Valorização da agricultura familiar e cultura local. Referência regional, atraindo visitas de outros estados. Fomento à permanência de jovens no campo (estudo e retorno à comunidade). Preservação de tradições e eventos culturais (São João, Natal, Via Sacra).
-----------------------------------	--	--

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados obtidos (2025).

4.1 Perfil Socioeconômico

Conforme os dados coletados e analisados, identificou-se que o Ateliê Casa de Barro conta com um grupo de 15 associados com perfis diversificados. A maioria se concentra na faixa etária entre 36 e 50 anos (40%), seguida pela faixa etária de 51 a 65 anos (26,7%). Também há representantes mais jovens até 25 anos e entre 26 e 35 anos, totalizando (26,6%) e uma pequena parcela com mais de 65 anos (6,7%). De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), os brasileiros de 36 a 50 anos continuam representando a maior parcela da força de trabalho no país, conforme os dados do 4º trimestre de 2023.

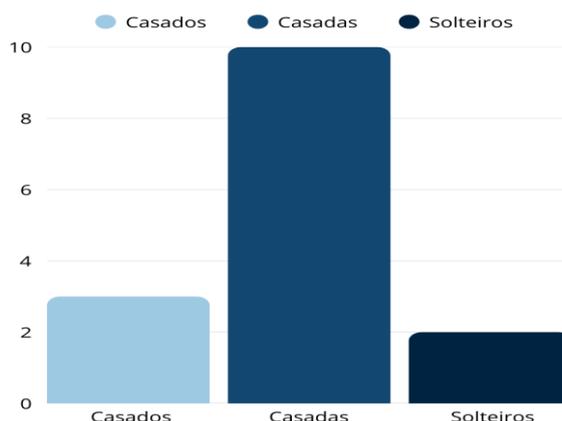
Gráfico 1 - Faixa etária dos entrevistados



Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados obtidos (2025).

No que se refere ao estado civil, observa-se a predominância de mulheres casadas, que representam (66,7%), enquanto os homens casados correspondem a (20%) e as mulheres solteiras constituem (13,3%) dos associados, evidenciando uma composição majoritariamente feminina e familiar. Os dados descritos podem ser observados no Gráfico 2 abaixo.

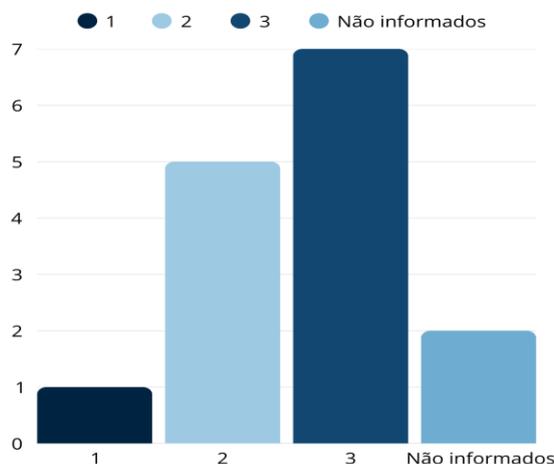
Gráfico 2 - Estado civil dos entrevistados



Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados obtidos (2025)

Em relação ao número de filhos como mostrado no Gráfico 3, com dados informados por 13 dos 15 cooperados, verifica-se que a maioria possui três filhos (46,7%), seguida por (33,3%) com dois filhos e uma minoria (6,7%) com apenas um filho e (13,3%) não informou se tinha filhos, o que revela um perfil de famílias numerosas entre os membros da cooperativa. Esse cenário reforça a característica típica das atividades econômicas desenvolvidas no meio rural, marcadas pela inserção de todos os membros da família no processo produtivo, como aponta Silva (2011), ao afirmar que, nesse contexto, o trabalho familiar é fundamental para a sustentabilidade econômica e social das unidades produtivas.

Gráfico 3 - Número de filhos dos entrevistados

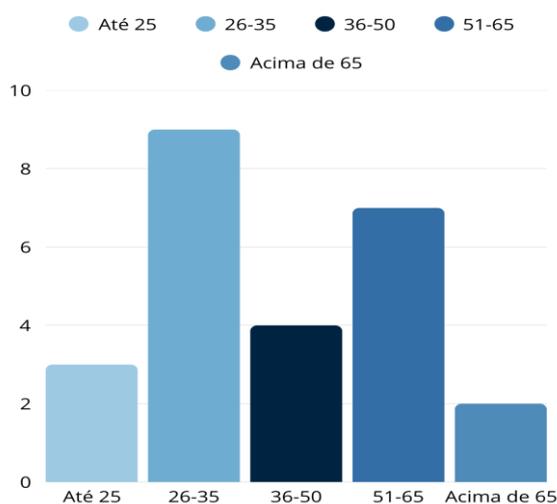


Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados obtidos (2025)

Os cooperados do Ateliê Casa de Barro recebem entre 1 e 3 salários mínimos, caracterizando sua inserção no contexto da economia popular solidária, na qual os associados desempenham um papel essencial na geração de renda e no fortalecimento da autonomia financeira dos participantes. Esse modelo de organização econômica é reconhecido por proporcionar alternativas de trabalho e renda para populações vulneráveis, promovendo a inclusão produtiva e a autogestão, conforme destaca Gaiger (2007), ao afirmar que a economia solidária constitui uma estratégia relevante de enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas.

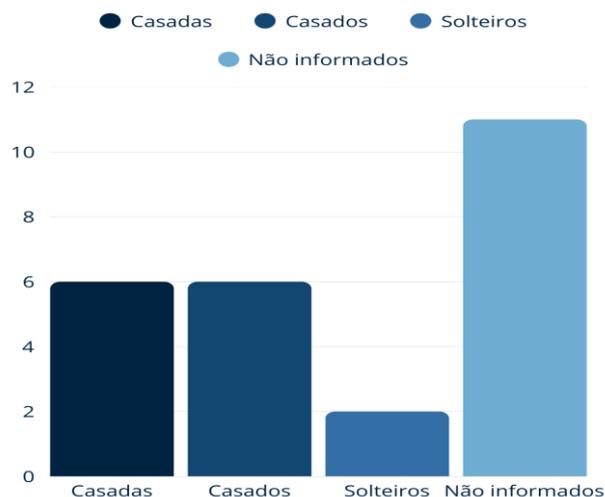
Sobre o segundo estudo de caso, a Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano, por sua vez, é composta por 25 cooperados com uma distribuição etária bastante diversa. A maioria dos membros (36%) têm entre 26 e 35 anos, o que indica uma presença significativa de adultos jovens. A segunda faixa etária mais representativa é a de 51 a 65 anos, com (28%), seguida pela faixa de 36 a 50 anos (16%). Há ainda representação de jovens até 25 anos (12%) e idosos acima de 65 anos (8%).

Gráfico 4 - Faixa etária dos entrevistados



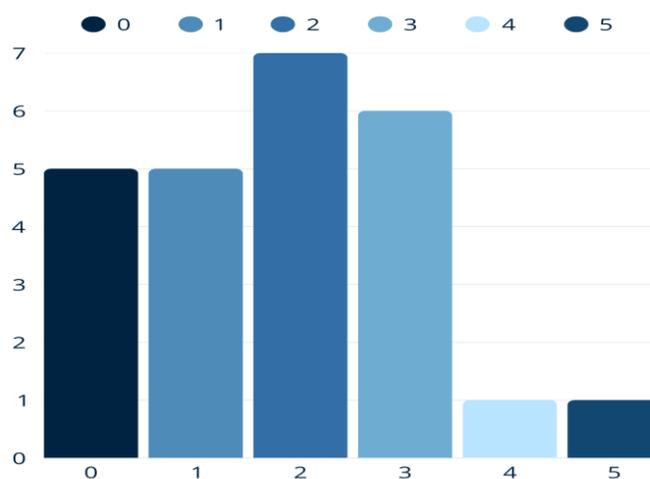
Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados obtidos (2025)

Quanto ao estado civil, observa-se que 44% dos cooperados preferiram não informar essa informação. Entre os que responderam, 24% declararam ser casadas, 24% casados e 8% se identificaram como solteiros. Esses dados evidenciam a diversidade de arranjos familiares existentes entre os membros da cooperativa.

Gráfico 5 - Estado civil dos entrevistados

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados obtidos (2025)

No que diz respeito ao número de filhos, observa-se que a maioria dos cooperados possui entre 1 a 3 filhos. Mais precisamente, (28%) declararam ter dois filhos, (24%) têm três filhos, e (20%) têm um filho ou nenhum filho. Já os casos de cooperados com um número maior de dependentes, como quatro ou cinco filhos, são menos frequentes, representando apenas (4%) cada.

Gráfico 6 - Número de filhos dos entrevistados

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados obtidos (2025)

Todos os cooperados recebem entre 1 a 3 salários mínimos, configurando um perfil socioeconômico de baixa renda, característica frequentemente observada em empreendimentos de economia solidária. Essa realidade reforça a relevância da cooperativa como instrumento

fundamental para a geração de trabalho e renda, bem como para a promoção da inclusão produtiva de seus integrantes. De acordo com Gaiger (2011 p. 45), "às organizações de economia solidária oferecem oportunidades de inserção econômica a grupos tradicionalmente marginalizados pelo mercado de trabalho convencional, contribuindo para a redução das desigualdades sociais". Assim, a atuação da cooperativa transcende a dimensão econômica, configurando-se como um espaço de fortalecimento social e comunitário.

4.2 Importância Socioeconômica e Cultural

A criação e o desenvolvimento do Ateliê Casa do Barro são um exemplo marcante de economia solidária que integra cultura, trabalho coletivo e valorização da identidade quilombola. Fundado por Doralice em 2013, após a comunidade obter o Certificado da Fundação Cultural Palmares reconhecimento de sua importância cultural, o ateliê teve como base uma liderança feminina forte e articuladora das primeiras iniciativas do grupo. A partir disso, a comunidade conseguiu transformar conhecimentos tradicionais transmitidos entre gerações em uma fonte de renda, preservando suas origens e construindo um legado de resistência e afirmação cultural.

A trajetória do Ateliê Casa do Barro teve início com uma oficina de artesanato dedicada à produção de miniaturas em barro, conduzida por um dos primeiros artesãos da comunidade. Essa iniciativa foi promovida pelo Centro de Educação Integral Margarida Pereira da Silva (CEMAR) como uma forma de homenagear o grupo folclórico "Os Portões", da cidade de Pombal, durante as celebrações em honra a Nossa Senhora do Rosário.

A partir desse momento, o grupo iniciou a produção de miniaturas, mas percebeu que as peças faltavam brilho. Como não queriam utilizar verniz industrializado, buscavam uma alternativa mais natural. Foi então que surgiu uma capacitação voltada para o acabamento das peças, promovida por uma louceira da cidade de Maturéia. Durante o processo, ela observou que esse tipo de acabamento se destacava melhor quando aplicado em utensílios como panelas, combucas e jarras de barro objetos que já eram tradicionalmente produzidos por familiares e transmitidos de geração em geração dentro da comunidade. Como relata o Entrevistado II: "A partir daí o grupo passou a se dedicar à produção desses itens, sem abandonar a confecção das miniaturas, mas, até então, com foco no uso doméstico."

Pouco tempo depois, surgiu a ideia de comercializar os produtos, uma iniciativa idealizada pela ex-prefeita Pollyanna Dutra. Em seguida, consolidou-se uma importante parceria com o CEMAR que sempre esteve ao lado da comunidade e com o SEBRAE, com o objetivo de fortalecer a economia dos participantes e, ao mesmo tempo, valorizar e divulgar a

cultura local. A partir daí, o projeto começou a ganhar força, embora enfrentasse muitos desafios no início. Como relata a fundadora, “havia tantas demandas, capacitações, reuniões e compromissos que mal conseguia ficar em casa: era chegar, tirar as roupas da mala, colocar outras limpas e partir novamente”.

Com o passar do tempo, o empreendimento passou a receber cada vez mais visitantes interessados em conhecer seu trabalho, entre eles um designer que trouxe uma proposta inovadora: transformar utensílios tradicionais, como alguidares, chaleiras, moringas entre outros objetos decorativos. Essa iniciativa representou um verdadeiro diálogo entre os saberes populares e técnicos, ampliando o potencial comercial das peças sem comprometer sua essência artesanal e simbólica. “Os designers ficaram tão bons que passamos a comercializá-los como uma nova linha de peças decorativas para o lar chamada Raízes do Rufinos e hoje são um verdadeiro sucesso”, afirma o Entrevistado II.

Imagem 2 - Coleção decorativa Raízes do Rufinos



Fonte: Imagem retirada do Instagram @casabonitadecorosp

A tradição do barro cultivada pela comunidade dos Rufinos foi levada a outras localidades por meio de oficinas voltadas ao ensino da criação e fabricação de peças em barro. Um exemplo foram as ações realizadas em duas comunidades da cidade de São Bento, embora, segundo o Entrevistado II, “essas iniciativas não tenham tido continuidade por parte das comunidades envolvidas”. Outras atividades foram desenvolvidas no presídio da cidade de Pombal-PB, onde os detentos aprenderam a confeccionar as peças. Orgulhosa, a Entrevistada III destaca que “até hoje um dos detentos continua produzindo peças”, demonstrando como a

cultura pode ajudar a superar momentos difíceis. Além desses projetos, há também uma feira de exposições, na qual o Entrevistado IV relata ter “passado o dia mostrando a todos o processo de fabricação das peças”.

Embora o grupo tenha sido fundado e seja composto majoritariamente por mulheres, atualmente a liderança da comunidade está nas mãos de Thiago Rufino. Ele representa a nova geração, sendo escolhido por sua energia, visão de futuro e por atuar como um dos principais articuladores dos quilombos do alto sertão¹. Sua liderança, no entanto, não apaga a importância histórica das mulheres na construção e manutenção da comunidade ao contrário, se apoia nela para fortalecer as ações coletivas.

Durante a entrevista, foi questionado de onde vêm os insumos para a produção, e ele explicou que são extraídos da própria terra da comunidade. Dessa forma, não há custo com a compra de materiais, apenas com a mão de obra especializada para a retirada do barro e com outros gastos necessários para deixá-lo pronto para o uso. Considerando que a retirada do barro do solo poderia, em tese, causar impactos ambientais, como a erosão, a comunidade, em parceria com universidades, realizou uma pesquisa para avaliar possíveis danos ao meio ambiente.

Não foi possível identificar nenhum dano ambiental significativo no solo. Pois o barro é sempre retirado de locais onde já há mato, evitando áreas descampadas e logo após a extração, a camada superior de terra é recolocada sobre o local, justamente para evitar a erosão (Entrevistado II).

A geração de renda na comunidade vem da comercialização das peças produzidas em barro, que são vendidas tanto no mercado interno quanto fora do Estado. A comunidade mantém parcerias com diversas entidades, entre elas a Casa Bonita, um importante centro cultural localizado na cidade de São Paulo. Fundada com o objetivo de valorizar e promover o artesanato brasileiro, a Casa Bonita atua como vitrine para o talento de artesãos de todo o país, oferecendo um espaço de exposição e comercialização de peças únicas feitas à mão. Entre os trabalhos apresentados, destacam-se as esculturas em barro produzidas por diversas comunidades tradicionais, incluindo as obras criadas pelos artesãos da comunidade dos Rufinos, que ganharam visibilidade e reconhecimento em um dos maiores pólos culturais do Brasil.

Os produtos também são comercializados na cidade de Pombal, com pontos de venda no terminal rodoviário e na Casa da Economia Solidária². Outro espaço importante de

¹ É uma pessoa que atua como intermediário entre as comunidades quilombolas, órgãos governamentais, ONGs e outros atores sociais, com o objetivo de fortalecer a organização, mobilização e defesa dos direitos e interesses das comunidades quilombolas do alto sertão.

² Essa casa pode ser um local de encontro para cooperativas, associações e outros empreendimentos de economia solidária, um espaço para venda de produtos e serviços produzidos por eles ou um ponto de referência para

comercialização é o Centro Público, localizado em frente à praia de Tambaú, na capital paraibana João Pessoa, onde eles são associados a esse centro por meio de outra cooperativa para poder comercializar suas peças nesse espaço onde peças de diversas comunidades, inclusive desta, são expostas e vendidas ao público.

A importância econômica do Ateliê Casa de Barro está intrinsecamente relacionada à geração de renda e à capacidade de liderança da comunidade, expressando um dos princípios fundamentais da economia solidária: a autogestão. Nesse contexto, destaca-se o protagonismo das mulheres, que historicamente vêm liderando os processos de organização, produção e transmissão dos saberes ligados ao trabalho com o barro. Elas não apenas dominam as técnicas artesanais, como também desempenham funções de coordenação e tomada de decisões dentro do grupo, fortalecendo a autonomia feminina e a construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

De acordo com Singer (2002), a economia solidária promove a valorização do trabalho coletivo e da autogestão, configurando-se como um caminho eficaz para a inclusão social e produtiva, especialmente em comunidades de baixa renda. Assim, o Ateliê Casa de Barro representa um exemplo concreto de como esse modelo pode potencializar o empoderamento social e econômico de grupos tradicionalmente marginalizados.

A liderança exercida pelas mulheres transcende o aspecto meramente produtivo, assumindo um papel central na mobilização comunitária, na articulação com parceiros institucionais e na valorização cultural e econômica de suas atividades. Como destaca Faria (2013), a economia solidária oferece às mulheres um espaço para reconfigurar identidades e romper com estruturas patriarcais, permitindo que elas desempenhem funções estratégicas tanto na organização interna dos empreendimentos quanto na defesa e promoção de sua cultura e território. Mesmo quando a liderança formal é atribuída a outros membros, como jovens articuladores, a base de sustentação e continuidade do empreendimento permanece ancorada na força, na experiência e no protagonismo feminino, elementos indispensáveis para a manutenção e o fortalecimento dessas iniciativas.

Esse protagonismo das mulheres nos empreendimentos solidários reforça o que aponta Singer (2002), ao destacar que a economia solidária é construída a partir da cooperação, da autogestão e da sustentabilidade, valores que são promovidos e fortalecidos principalmente pelas mulheres. A capacidade feminina de articular redes de apoio e liderar processos coletivos reflete não apenas a busca pela autonomia econômica, mas também um movimento social mais

informações e apoio a esse tipo de iniciativa. (Ministério Do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, 2025)

amplo de transformação das relações de gênero e de superação das desigualdades estruturais. Assim, mesmo diante de novas configurações de liderança, o papel das mulheres continua sendo fundamental para assegurar a viabilidade, a identidade e os valores sociais dos empreendimentos econômicos solidários.

A renda gerada a partir da produção e comercialização das peças contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas. Em muitos casos, ela representa a principal ou até mesmo a única fonte de sustento do lar, garantindo acesso à alimentação, educação e outras necessidades básicas. Esse rendimento familiar, construído por meio do esforço coletivo e da prática cooperativa, reforça os vínculos comunitários e assegura a permanência das famílias em seu território, o que é especialmente relevante em contextos rurais, onde as oportunidades de trabalho são escassas.

Nesse cenário, o ateliê não apenas gera renda, mas também atua como uma alternativa à migração para os centros urbanos. O êxodo rural, compreendido como o deslocamento da população do campo para a cidade motivado, principalmente, pela falta de trabalho e infraestrutura no meio rural, tem sido historicamente um dos principais fatores de esvaziamento das comunidades agrícolas e tradicionais (Santos, 2020). Ao oferecer meios de sustento no próprio território, a atividade artesanal contribui para a preservação da identidade cultural da comunidade e para a construção de um desenvolvimento mais justo, solidário e alinhado com as realidades locais.

Em síntese, o Ateliê Casa do Barro representa um exemplo de como os empreendimentos baseados na economia solidária podem promover transformações significativas nas dimensões econômica, social e cultural de uma comunidade. Por meio da autogestão, da cooperação e do protagonismo feminino, o ateliê possibilita a inclusão produtiva de famílias quilombolas, contribuindo para a geração de renda, o fortalecimento da autonomia comunitária e a permanência no território rural. Além disso, valoriza os saberes tradicionais e reafirma a identidade cultural do grupo, mostrando que é possível aliar tradição e inovação de forma sustentável. Como coloca a entrevistada I:

O Empreendimento veio como uma forma de conseguir uma fonte de renda extra que contribui para a independência financeira principalmente das mulheres, além de ajudar a redução da violência doméstica e o fortalecimento do empoderamento feminino principalmente quando se fala de um empreendimento na zona rural.

Imagem 3 - Entrevistados do Ateliê Casa de Barro



Fonte: Joama Rodrigues Alves, 2025

O segundo estudo de caso trata da Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano, um exemplo significativo de transformação social, econômica e cultural por meio da organização coletiva e da valorização da agricultura familiar, a nível local. A iniciativa começou como uma associação comunitária formada por agropecuaristas da comunidade São João II, com o objetivo de adquirir propriedades consideradas áreas de assentamento consolidado, por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)³, conhecido como Banco da Terra. Ao longo de duas décadas, os associados se organizaram para quitar a dívida contraída e, atualmente, são proprietários das terras. Como relata uma das entrevistadas 1: “São terras onde nossos avós viveram e criaram seus filhos, e agora é onde nós residimos”, destacando o vínculo afetivo e histórico que fortalece o sentido de pertencimento e continuidade geracional na comunidade.

“Com a aquisição das terras, surgiu a necessidade de gerar renda para as mulheres”, revela uma cooperada I. Foi nesse contexto que, em 2006, nasceu a agroindústria de polpa de fruta batizada de Fonte de Sabor. A comercialização das polpas começou de forma simples, com três mulheres vendendo os produtos de porta em porta. No início, a iniciativa enfrentou resistência e desconfiança por parte de alguns associados, mas, mesmo diante da descrença, essas quatro mulheres decidiram seguir em frente e deram os primeiros passos para consolidar o empreendimento.

Um ano após o início das atividades da agroindústria, surgiu o Programa de Compra

Direta da Agricultura Familiar, que possibilitou a venda das polpas para a merenda escolar. Esse foi o primeiro canal oficial de comercialização e marcou um ponto de virada para o crescimento da iniciativa. As primeiras vendas foram realizadas para as escolas do município, e, posteriormente, expandiram-se para as unidades da rede estadual local. A partir de 2018, a cooperativa ampliou ainda mais seu alcance, passando a atender toda a região de Catolé do Rocha e, mais adiante, também fornecendo seus produtos para o Instituto Federal da Paraíba (IFPB) no campus de Patos.

Pouco antes do início da pandemia, já existia o desejo e a necessidade de formalizar a iniciativa como uma cooperativa. Tudo estava encaminhado para isso, mas, com o lockdown e o fechamento das escolas seus principais clientes, a agroindústria quase foi levada à falência. O que impediu o fechamento foi a participação em um edital do INSA (Instituto Nacional do Semiárido), dentro de um programa de aceleração. Durante o período de paralisação, a equipe aproveitou para se capacitar e desenvolver novas estratégias de comercialização. Graças a isso, a agroindústria sobreviveu motivo de muito orgulho para nós, especialmente por estarmos em uma zona rural e ainda com uma estrutura modesta, completa a cooperada I.

Após a pandemia, o grupo teve acesso a um edital do Governo do Estado por meio do Programa Cooperar. Na época, ainda estavam formalizados como associação, mas uma das exigências do programa era a constituição como cooperativa. Como já vinham se organizando nesse formato, em 2022 fundaram oficialmente a Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano, a primeira cooperativa do município de Pombal–PB. Atualmente, a cooperativa comercializa seus produtos nas regiões de Catolé do Rocha, Pombal, além de fornecer para o IFPB de Patos e universidades da região.

Atualmente, a cooperativa está se preparando para entrar no mercado privado e participar do edital da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio do projeto Qualiexporta, que integra o programa Paraíba Sem Fronteiras. Esse projeto tem como objetivo apoiar empresas na exportação, oferecendo capacitação, orientação em comércio exterior e suporte para aproveitar oportunidades internacionais.

Estamos nos preparando para ingressar no mercado interno com a comercialização das polpas de frutas, além de outros produtos que estão sendo desenvolvidos em parceria com o curso de Engenharia de Alimentos, por meio dos projetos PIS e PIBIC, voltados à pesquisa e inovação. Entre os novos produtos em estudo, destacam-se a polpa de banana com whey protein e o açúcar de coco. Fornecemos a matéria-prima necessária, enquanto os estudantes conduzem as pesquisas, o que tem se mostrado extremamente benéfico para ambas as partes, conforme relatado pela entrevistada I.

Neste momento, os cooperados estão em processo de capacitação e, em agosto, pretendem disputar uma vaga na primeira fase de seleção para participar de uma feira

internacional de comercialização. A participação nesse tipo de evento representa um marco importante para a comunidade, pois amplia significativamente as possibilidades de mercado, agrega valor à produção local e fortalece o desenvolvimento econômico da região. Além disso, posiciona a cooperativa e, conseqüentemente, a agricultura familiar em um novo patamar, gerando mais renda, reconhecimento e autoestima para as famílias envolvidas, sobretudo em um contexto rural onde as oportunidades costumam ser mais limitadas.

Durante a entrevista com a cooperativa, foi possível conhecer de perto todo o processo de produção das polpas de frutas, atualmente o único produto fabricado pelo grupo. O ambiente de trabalho é cuidadosamente organizado e segue rigorosos padrões de higiene: os cooperados passam por um processo de esterilização antes de iniciar as atividades, e todas as etapas desde o recebimento dos insumos até o transporte do produto final são monitoradas para evitar qualquer tipo de contaminação. Essa atenção aos cuidados sanitários garante a segurança alimentar e a qualidade das polpas, fortalecendo a credibilidade da cooperativa no mercado.

Imagem 4 - Fotos das instalações da Cooperativa Fonte de Sabor



Fonte: Joama Rodrigues Alves, 2025.

Além disso, na aquisição das frutas e demais insumos, é priorizada a compra de produtos cultivados sem o uso de agrotóxicos ou insumos agroquímicos, demonstrando o compromisso com práticas ambientalmente responsáveis. Parte dessas frutas é fornecida pelos próprios cooperados, promovendo a autossuficiência. A outra parte é adquirida de agricultores de outras regiões e municípios, evidenciando a importância da integração com outros empreendimentos e com o mercado local e regional.

Essa interação fortalece os laços entre diferentes produtores, estimula a economia solidária e amplia as redes de cooperação, promovendo não apenas o crescimento sustentável, mas também a valorização da agricultura familiar. Assim, o processo produtivo se destaca por incorporar práticas sustentáveis e de responsabilidade ambiental, que são princípios fundamentais da economia solidária, orientada pela busca de alternativas de desenvolvimento que respeitam o meio ambiente e os direitos sociais.

A divisão de lucros na Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano segue os princípios da democracia e da equidade, sendo fundamentada na participação ativa de cada cooperado nas atividades desenvolvidas. Como se trata do primeiro ano de funcionamento formal enquanto cooperativa, o grupo ainda está em processo de adaptação às diretrizes previstas em seu estatuto e à legislação específica que rege o cooperativismo no Brasil. Nesse período inicial, a construção coletiva de práticas administrativas e financeiras tem sido essencial para consolidar a cultura cooperativista entre os membros.

Um dos mecanismos adotados nessa fase de estruturação foi a criação de um fundo de reserva, previsto no estatuto e alinhado às recomendações da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Esse fundo é formado a partir de uma porcentagem das sobras anuais, com o objetivo de garantir a sustentabilidade da cooperativa diante de imprevistos ou necessidades futuras. Atualmente, o grupo aguarda o fechamento do primeiro balanço anual para concluir o registro oficial junto à OCB, o que permitirá alinhar plenamente sua atuação aos padrões legais e assegurar o uso adequado do fundo de reserva como instrumento de proteção financeira e fortalecimento institucional.

Com a transição de associação para cooperativa, os cooperados passaram a seguir uma legislação mais estruturada e exigente, que requer maior rigor na gestão administrativa e financeira. Este processo, embora desafiador, representa um importante avanço na consolidação do empreendimento, pois fortalece a transparência, a autogestão e o controle social das atividades. De acordo com os princípios do cooperativismo, a democracia é um dos pilares centrais, onde todos os membros têm direito à voz e ao voto nas decisões, independentemente do capital investido, o que reforça a igualdade de participação e o comprometimento coletivo

(OCB, 2021).

Ao analisar essa trajetória, percebe-se que, apesar das dificuldades iniciais, o grupo demonstra resiliência e um forte compromisso com o fortalecimento da cooperativa. A busca pela formalização completa e a adesão aos princípios cooperativistas evidenciam o amadurecimento organizacional e o desejo de consolidar uma estrutura sólida e sustentável. Esse processo representa não apenas uma adequação às exigências legais, mas também um avanço significativo no fortalecimento institucional, refletindo diretamente no desenvolvimento socioeconômico dos cooperados e da comunidade em que estão inseridos.

Essa trajetória está diretamente relacionada aos princípios do cooperativismo apresentados no embasamento teórico, como a gestão democrática, a participação coletiva e a valorização do trabalho humano. Assim como no movimento original de Rochdale, onde a união dos trabalhadores buscava superar as injustiças da Revolução Industrial por meio da solidariedade e da cooperação, o grupo atual reforça esses valores ao priorizar a participação de todos na tomada de decisões e ao promover o bem-estar comum. Dessa forma, o processo de formalização e fortalecimento da cooperativa exemplifica a aplicação prática dos fundamentos cooperativistas, que continuam sendo uma alternativa viável para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

A geração de renda tem sido um dos principais motores da Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano, especialmente por estar inserida em uma área rural onde garantir estabilidade financeira é um desafio crescente. Ao criar oportunidades de trabalho e valorizar os saberes locais, a cooperativa promove a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como mulheres, jovens e pessoas idosas, cujos conhecimentos e experiências são fundamentais para a dinâmica produtiva e organizacional. Essa integração intergeracional tem fortalecido um senso de coletividade e responsabilidade compartilhada. Além disso, o empoderamento feminino promovido pela participação ativa das mulheres tem contribuído significativamente para a redução da violência doméstica, revelando impactos que ultrapassam o campo econômico e se estendem para o fortalecimento social e cultural da comunidade.

Desde a criação da cooperativa na área de alimentos, a ideia sempre foi integrar a produção, a comercialização e também o artesanato local. O objetivo é que os jovens das comunidades, especialmente dos quilombos, vejam no cooperativismo um caminho para o futuro e queiram se integrar à cooperativa. O sonho coletivo é transformar o assentamento São João em uma referência, como uma “Petrolina” da vida — um polo de desenvolvimento e orgulho para todos. Afirma a entrevistada 4.

A cooperativa também se tornou referência regional, sendo constantemente visitada por

pessoas de outros estados, como Maranhão e Piauí, interessadas em conhecer sua experiência coletiva. Esse reconhecimento externo reforça o sentimento de pertencimento entre os cooperados e fortalece a identidade local. Em busca de novas oportunidades, como a inserção de seus produtos no mercado privado, a cooperativa tem investido na formação de jovens através do ensino de idiomas, com o objetivo de prepará-los para atuar no comércio internacional quando seus produtos passarem a ser exportados. Essa iniciativa, além de ampliar o acesso a novos mercados, também contribui para reduzir o êxodo rural, pois muitos jovens que antes desejavam deixar o campo agora encontram motivos para permanecer e colaborar com o desenvolvimento da comunidade.

A resposta evidencia como a Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano vai além da produção econômica e se consolida como um espaço de valorização da cultura, da religiosidade e do pertencimento coletivo. As celebrações de datas tradicionais como São João, São Pedro e o Natal, bem como atividades religiosas como a Via Sacra e as novenas, reforçam os laços comunitários e mantêm vivas as tradições locais. A existência de um parque de vaquejada e o apoio à valorização dos povos quilombolas especialmente por contar com cooperados descendentes de comunidades quilombolas da região de Pombal reforçam o compromisso com a diversidade cultural e a inclusão social. Isso demonstra que a cooperativa não é apenas um espaço de geração de renda, mas também um instrumento de preservação da identidade e da memória coletiva.

No aspecto produtivo, a cooperativa atua de forma estratégica para fortalecer a base da agricultura familiar. A distribuição de 4.200 mudas de frutíferas aos cooperados revela uma postura ativa de investimento na sustentabilidade da produção local, buscando garantir tanto a melhoria da renda dos agricultores quanto a segurança no abastecimento da matéria-prima da agroindústria.

Essa iniciativa representa uma ação integrada que une desenvolvimento econômico, fortalecimento da autonomia dos cooperados e compromisso com o futuro da cooperativa como empreendimento coletivo. Ao fomentar a produção local, a organização contribui para o enraizamento das famílias no campo, reforçando o papel da cooperativa como agente de transformação e desenvolvimento social no sertão paraibano.

Portanto, a Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano configura-se como uma experiência em constante evolução, com grande potencial para alcançar êxitos ainda maiores. Seu impacto é expressivo nas dimensões socioeconômica, cultural e educacional, especialmente ao incentivar a permanência dos jovens no meio rural, contribuindo para a redução do êxodo rural. Por meio da ação coletiva, da valorização do trabalho feminino, do fortalecimento da

agricultura familiar e da preservação da cultura local, a cooperativa consolida-se como um importante agente na coesão social da região, abrindo novas possibilidades para um desenvolvimento sustentável no semiárido nordestino. Como destacou a Entrevistada I:

Hoje, muitos jovens, ao completarem 16, 17 ou 18 anos, sonham em deixar a zona rural. No entanto, a cooperativa vem criando um ambiente acolhedor, onde esses jovens podem estudar, se desenvolver e, mesmo saindo para buscar formação, sentem o desejo de retornar e contribuir para o crescimento da própria comunidade.

Imagem 5 - Entrevistados da Cooperativa Fonte dos Sabores do sertão paraibano



Fonte: Joama Rodrigues Alves, 2025

O Ateliê Casa do Barro e a Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano representam duas experiências exitosas de economia solidária enraizadas no semiárido paraibano, que, embora atuem em setores distintos artesanato e agroindústria, compartilham princípios comuns de autogestão, valorização cultural, protagonismo feminino e fortalecimento comunitário.

Ambos os empreendimentos surgiram como respostas coletivas às dificuldades socioeconômicas enfrentadas por comunidades rurais e tradicionais. No caso do Ateliê Casa do Barro, a valorização do saber ancestral e da identidade quilombola, aliada à liderança feminina, foi o ponto de partida para transformar a tradição do barro em fonte de renda, preservando a memória cultural e fortalecendo os laços comunitários. Já a Cooperativa Fonte de Sabor surgiu como uma alternativa de geração de renda para as mulheres da comunidade São João, a partir da agroindustrialização de frutas regionais e da organização coletiva para acessar políticas públicas.

A autogestão é um elo central entre os dois casos. Ambos os grupos construíram estruturas organizacionais que colocam os próprios membros como protagonistas das decisões,

promovendo participação democrática e repartição dos lucros com base na contribuição coletiva. Esse modelo fortalece a autonomia das comunidades, reduz a dependência de estruturas hierárquicas externas e contribui para o empoderamento social, especialmente de mulheres e jovens.

Outro ponto de convergência está na valorização do território e no combate ao êxodo rural. Tanto o Ateliê quanto a Cooperativa geram oportunidades de trabalho no campo, contribuindo para que as famílias permaneçam em suas comunidades e encontrem nelas possibilidades concretas de desenvolvimento. Além disso, ambas as iniciativas têm investido na formação de novas gerações, transmitindo conhecimentos tradicionais e técnicos que garantem a continuidade e a inovação das atividades produtivas.

A sustentabilidade também é um valor presente nas duas experiências. O Ateliê utiliza barro extraído da própria comunidade de forma consciente, com base em estudos ambientais realizados em parceria com universidades. Já a Cooperativa Fonte de Sabor prioriza o uso de frutas sem agrotóxicos e distribui mudas frutíferas aos cooperados, fortalecendo a agricultura familiar e a segurança alimentar.

Apesar das semelhanças, há distinções relevantes. O Ateliê está fortemente ancorado na produção artesanal e simbólica, com ênfase na expressão cultural quilombola, enquanto a cooperativa atua em uma lógica de agroindustrialização voltada para o mercado formal, com foco na merenda escolar. Essa diferença também se reflete no grau de inserção institucional e nos desafios enfrentados: enquanto o Ateliê consolidou-se a partir de parcerias locais e regionais com foco na preservação cultural, a Cooperativa avançou no processo de formalização jurídica e na profissionalização administrativa para ampliar sua atuação no mercado.

Ambos os casos demonstram que o desenvolvimento sustentável no semiárido não precisa estar dissociado das raízes culturais e dos saberes tradicionais. Pelo contrário, são essas raízes que sustentam as iniciativas e lhes conferem identidade, legitimidade e capacidade de transformação social. Ao promover inclusão produtiva, fortalecer a economia local e valorizar a cultura, o Ateliê Casa do Barro e a Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano tornam-se exemplos inspiradores de como é possível construir alternativas econômicas solidárias, justas e sustentáveis em contextos historicamente marcados por desigualdades e exclusão.

4.3 Desafios e Oportunidades

As informações coletadas, através dos entrevistados, evidenciam um cenário alarmante de negligência institucional enfrentado pelo ateliê da comunidade quilombola de Pombal, marcado pela omissão da atual gestão municipal em oferecer qualquer tipo de apoio efetivo. A

falta de diálogo com os representantes da comunidade revela um descompromisso claro com a valorização da cultura popular e das práticas da economia solidária, reforçando a invisibilidade imposta a grupos tradicionais que há décadas contribuem para a identidade cultural local. Em gestões anteriores, mesmo que de forma limitada, existia algum suporte, como o transporte das peças e a participação em espaços públicos de divulgação. Atualmente, resta apenas a Casa da Economia Solidária como espaço de comercialização estrutura originalmente criada em parceria com o município e o estado, mas que hoje é mantida exclusivamente pelo Governo do Estado o que evidencia o recuo da prefeitura em promover políticas públicas voltadas à inclusão produtiva, ao fortalecimento cultural e à preservação do patrimônio quilombola.

A concessão de um box no terminal rodoviário, embora possa parecer um gesto de apoio, revela-se simbólica e ineficiente. Localizado em um ponto de baixa visibilidade, esse espaço esconde mais do que expõe os produtos da comunidade, limitando o alcance comercial e contribuindo para a marginalização econômica dos artesãos. Soma-se a isso o fato de que a Secretaria Municipal de Cultura está fragmentada entre diversas áreas, o que enfraquece a atenção específica à cultura quilombola, tratando-a como acessório promocional, e não como parte essencial do patrimônio imaterial da cidade.

Essa situação revela uma crítica social contundente: a cultura quilombola é frequentemente valorizada apenas quando utilizada para projetar uma imagem positiva do município em eventos ou ações externas. Entretanto, no cotidiano local, artistas, artesãos e demais representantes culturais dessa comunidade são negligenciados pelas autoridades, enfrentando abandono e falta de apoio institucional. A postura da gestão passada, que sistematicamente se recusa a dialogar com o grupo, reforça esse processo de apagamento, desconsiderando a cultura como um direito fundamental e como um importante vetor de desenvolvimento social e econômico.

Conversamos várias vezes com a gestão passada, mas nunca havia verba para nos ajudar, nem mesmo com o transporte para levar as peças para a cidade. Somos nós que precisamos alugar um transporte para buscar as peças aqui no ateliê. Acreditamos que, com a integração da Secretaria de Cultura ao município, ganharemos enquanto comunidade um espaço de fala e representatividade. No entanto, o que vivenciamos foi o oposto: continuamos como sempre estivemos, sem voz ativa nas decisões e sem reconhecimento real. A estrutura institucional mudou, mas a escuta e o diálogo com a comunidade ainda não acontecem de forma efetiva, o que reforça a sensação de invisibilidade e exclusão cultural que sempre enfrentamos, relata o entrevistado IV.

A criação do Ateliê Casa do Barro promoveu uma mudança significativa na vida dos

membros da comunidade quilombola de Pombal, especialmente para aqueles que, por motivos de saúde ou limitações físicas, não podiam mais desempenhar atividades rurais intensas. O entrevistado II relata: “Tive que parar de trabalhar na agricultura por um problema de saúde que me impediu de pegar peso, e o ateliê surgiu como uma fonte de renda que evitou que minha família passasse fome.”

Nesse contexto de vulnerabilidade social, o ateliê emergiu como uma alternativa economicamente viável de geração de renda, promovendo oportunidades de sustento dentro da própria comunidade. Contudo, seu impacto vai além da dimensão financeira: ao valorizar o artesanato em barro um saber ancestral que carrega memórias, identidade e resistência coletiva, a iniciativa também fortalece a preservação da cultura local. Dessa forma, observa-se que os valores de solidariedade, democracia e cooperação fundamentais à economia solidária (Singer, 2002, p. 15; Gaiger, 2003, p. 42) não apenas sustentam a dinâmica interna do ateliê, mas também contribuem para a transformação social e econômica de seu entorno, sinalizando caminhos para uma sociedade mais justa e inclusiva.

No que diz respeito às mulheres envolvidas, os impactos são ainda mais profundos e revelam avanços sociais importantes. O ateliê contribuiu significativamente para a autonomia econômica das mulheres, possibilitando que elas tivessem uma fonte própria de renda, desvinculada da dependência de terceiros. Esse empoderamento financeiro tem reflexos diretos na autoestima e no protagonismo feminino dentro da comunidade, sendo também um fator de prevenção e enfrentamento à violência doméstica, que muitas vezes se perpetua em contextos de dependência econômica. A iniciativa, ao aliar cultura, renda e emancipação, promove não apenas melhorias individuais, mas também coletivas, ao fortalecer laços comunitários e estimular a valorização do trabalho das mulheres enquanto agentes de transformação social.

Na perspectiva dos membros do Ateliê Casa do Barro, cooperar é um caminho essencial para fortalecer os laços comunitários e construir uma rede de apoio mútua capaz de enfrentar os desafios coletivos. A união entre os integrantes não apenas consolida uma comunidade mais coesa e resiliente, como também promove a inclusão de novos participantes no processo produtivo, ampliando o alcance da iniciativa. Contudo, a expansão das atividades esbarra em obstáculos logísticos, como a precariedade das estradas na zona rural, que comprometem o transporte das peças, mesmo quando cuidadosamente embaladas. A ausência de um ponto de armazenamento na área urbana agrava ainda mais essa dificuldade, gerando perdas e ineficiência. Diante disso, a comunidade reconhece a importância de pressionar a gestão municipal por um espaço adequado para armazenagem, o que permitiria maior organização e viabilidade na comercialização das peças, revelando a cooperação não apenas como um valor

social, mas como uma estratégia concreta de sobrevivência e desenvolvimento coletivo.

O Ateliê Casa do Barro revela um compromisso consciente com a preservação ambiental, demonstrando que é possível aliar produção artesanal à responsabilidade ecológica. A extração do barro, matéria-prima essencial ao trabalho do grupo, é feita de forma criteriosa, evitando áreas desmatadas e priorizando locais já cobertos por vegetação, além de adotar práticas de recomposição do solo, como a devolução da camada superficial da terra, medida que visa conter processos erosivos. Outro aspecto relevante é o uso sustentável da lenha na queima das peças, que provém apenas de galhos secos já caídos, evitando o corte de árvores vivas. Apesar disso, o grupo expressa preocupação com a emissão de fumaça, reconhecendo a necessidade de aprofundar seus conhecimentos sobre os impactos dessa prática. A busca por orientação técnica evidencia o compromisso ético dos artesãos com o meio ambiente e reforça a ideia de que a sustentabilidade pode e deve caminhar junto com a produção cultural e comunitária.

O Ateliê enfrenta atualmente desafios estruturais significativos que dificultam a consolidação do trabalho coletivo e a ampliação da produção. A falta de um espaço físico adequado para reunir todos os artesãos em um único local limita não apenas a eficiência produtiva, mas também a construção de uma identidade coletiva mais forte, essencial para a valorização e sustentabilidade do ateliê. Embora já disponham do terreno e do projeto arquitetônico para a construção de um galpão próprio, o elevado custo da obra e a ausência de recursos financeiros adequados travam o avanço do empreendimento. Essa dificuldade reflete um problema mais amplo: a falta de políticas públicas efetivas e investimentos direcionados a iniciativas culturais e econômicas de base comunitária, especialmente em áreas rurais e tradicionais.

A situação do Ateliê Casa do Barro revela, portanto, a precariedade das redes de apoio institucional para grupos quilombolas e comunidades tradicionais. A ausência de suporte da gestão municipal, combinada à negligência em reconhecer e incentivar o potencial cultural e econômico dessas comunidades, demonstra uma persistente desigualdade social e a invisibilidade de saberes ancestrais dentro do cenário de desenvolvimento local. Essa realidade dificulta a autonomia e o fortalecimento econômico da comunidade, perpetuando ciclos de vulnerabilidade. Além disso, a ausência de investimentos compromete não apenas a produção, mas também a preservação cultural e ambiental, que são pilares centrais para esses grupos.

Ao longo da análise, fica evidente que o Ateliê Casa do Barro não é apenas um espaço de geração de renda, mas um verdadeiro agente de resistência cultural, inclusão social e preservação ambiental. A cooperação entre os membros fortalece laços comunitários e promove

a valorização das tradições locais, enquanto a preocupação com práticas sustentáveis reafirma o compromisso da comunidade com o equilíbrio ecológico. No entanto, para que esse potencial seja plenamente realizado, é fundamental que haja maior reconhecimento e apoio das instâncias públicas e da sociedade em geral. Somente com políticas públicas efetivas, investimentos adequados e uma visão inclusiva de desenvolvimento será possível garantir a perenidade desse importante projeto, assegurando dignidade, autonomia e justiça social para a comunidade quilombola de Pombal.

Com relação ao segundo estudo de caso, a cooperativa Fonte de Sabor demonstra uma notável capacidade de articulação ao estabelecer uma ampla rede de parcerias com diversas instituições públicas, privadas e do terceiro setor. Essas alianças com universidades, órgãos governamentais como a Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER)³, Centro de Educação Margarida Pereira da Silva (CEMAR)⁴ e secretarias estaduais, além de instituições financeiras, são fundamentais para garantir suporte técnico, institucional e financeiro, fortalecendo a estrutura e as ações da cooperativa.

A diversidade de parceiros evidencia um esforço constante da cooperativa para buscar recursos e conhecimentos que impulsionam seu desenvolvimento, consolidando um ecossistema de apoio que atende às diferentes demandas enfrentadas no dia a dia. Graças a Deus, contamos com tantos parceiros que, muitas vezes, preferimos não citar nomes dos parceiros para não correr o risco de esquecer alguém destas as cooperadas.

Entretanto, essa realidade positiva da cooperativa contrasta com as dificuldades enfrentadas por outros grupos e iniciativas culturais, como o Ateliê Casa do Barro da comunidade quilombola de Pombal, que sofre com a ausência de apoio da gestão municipal e a falta de recursos para ampliar sua estrutura física. A disparidade no acesso a parcerias e investimentos evidencia uma crítica social importante: nem todas as comunidades têm a mesma facilidade ou visibilidade para se articular institucionalmente, o que reforça desigualdades históricas e a exclusão social. A cooperação interinstitucional, embora vital, não é universalmente acessível, o que evidencia a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e equitativas que ampliem o alcance dessas redes de apoio para grupos marginalizados.

Assim, enquanto a cooperativa se beneficia de um sólido conjunto de parceiros que contribuem para sua sustentabilidade e expansão, a situação de outras comunidades tradicionais

³ É uma empresa pública da Paraíba, responsável por prestar serviços de pesquisa, extensão rural e regularização fundiária.

⁴ É uma entidade sem fins lucrativos, com foco no atendimento de crianças, adolescentes e jovens em Pombal, buscando fortalecer os jovens e promover a participação deles.

ressalta a urgência de uma maior sensibilidade institucional para promover o acesso igualitário a recursos e suporte técnico. A existência dessas redes de colaboração deve servir de exemplo para que o poder público e as instituições reconheçam e valorizem os diferentes modos de produção cultural e econômica, garantindo que nenhum grupo fique à margem do desenvolvimento e da cidadania plena.

A cooperativa pratica intensamente os princípios da economia solidária, destacando-se a autogestão como eixo central de sua organização, onde todos os membros participam ativamente da tomada de decisões, reforçando o sentimento de pertencimento e responsabilidade coletiva. Essa gestão compartilhada fortalece a valorização das mulheres, o respeito ao saber dos mais idosos e a cooperação entre diferentes grupos, evidenciando um compromisso com a sustentabilidade social e ambiental. Segundo Silva (2024), “a autogestão possibilita a construção de um espaço democrático em que os participantes são simultaneamente protagonistas e responsáveis pelo desenvolvimento do empreendimento solidário” (p. 45). Dessa forma, a cooperativa não apenas promove a inclusão econômica, mas também resgata valores comunitários que fortalecem o tecido social local, contribuindo para uma economia mais justa e participativa.

Os desafios enfrentados pela cooperativa desde o seu início refletem não apenas as dificuldades internas típicas de grupos em formação, mas também questões mais amplas relacionadas ao acesso ao conhecimento técnico e à cultura do cooperativismo. A juventude dos membros e a falta de familiaridade com a legislação específica evidenciam uma lacuna importante na formação e no suporte institucional oferecido a esses empreendimentos. A ausência de profissionais capacitados, como o contador que desconhecia o modelo cooperativista, resultou em erros financeiros que poderiam ter sido evitados com uma orientação adequada, o que demonstra a fragilidade estrutural que muitas cooperativas enfrentam no Brasil, sobretudo as de base comunitária.

Além disso, o desafio da união interna, ainda que afirme não haver conflitos significativos, revela uma dinâmica social comum em qualquer organização humana: a diversidade de visões e interesses. A forma como a cooperativa lida com essas diferenças promovendo o diálogo aberto e a participação coletiva é fundamental para o fortalecimento do grupo e o amadurecimento da autogestão. No entanto, essa necessidade de constante negociação interna também pode ser vista como reflexo das desigualdades sociais que permeiam o país, onde a cooperação e o entendimento mútuo são frequentemente dificultados por divisões culturais, econômicas e educacionais. Dessa forma, os desafios da cooperativa são um microcosmo das dificuldades estruturais que atravessam a economia solidária no Brasil,

apontando para a urgência de políticas públicas mais efetivas de capacitação, apoio técnico e valorização dos processos coletivos.

Os planos da cooperativa Fonte de Sabor revelam uma visão clara de crescimento e modernização, pautada na ampliação da produção e na inserção em novos mercados, inclusive internacionais, por meio da exportação. A ambição de comercializar produtos em dólar e conquistar espaço no mercado privado demonstra uma estratégia de fortalecimento econômico que pode trazer maior sustentabilidade financeira para os associados. Além disso, o investimento em tecnologia, como a instalação de uma esteira para melhorar a produção, e a expectativa de apoio governamental para aquisição de equipamentos essenciais, indicam um compromisso com a inovação e a melhoria da qualidade dos produtos, o que tende a ampliar a competitividade da cooperativa no mercado.

Mais do que crescimento econômico, a cooperativa busca também promover a integração da comunidade local, envolvendo especialmente os jovens, para que vejam no cooperativismo um futuro promissor. A intenção de diversificar as atividades, incluindo a produção de leite e a valorização do artesanato local, reforça a busca por um desenvolvimento sustentável e multifacetado. O sonho coletivo de transformar o assentamento São João em uma referência regional, comparando-o a um polo produtivo como Petrolina, expressa o desejo de gerar orgulho e desenvolvimento local, promovendo inclusão social e econômica por meio do trabalho coletivo e da valorização das potencialidades da região.

A análise comparativa dos dois estudos de caso o Ateliê Casa do Barro, da comunidade quilombola de Pombal, e a cooperativa Fonte de Sabor, do assentamento São João revela realidades distintas dentro do mesmo universo da economia solidária, escancarando as desigualdades no acesso a recursos, apoio institucional e visibilidade pública. Ambos os grupos compartilham valores essenciais, como a autogestão, a cooperação comunitária, a valorização cultural e o compromisso com a sustentabilidade. Contudo, o modo como essas práticas se traduzem em avanços concretos depende, em grande medida, das redes de apoio disponíveis, da sensibilidade política das gestões locais e da capacidade de articulação com instituições externas.

O Ateliê Casa do Barro representa um exemplo de resistência cultural em meio à negligência institucional. A comunidade quilombola transformou o artesanato em barro não apenas em uma fonte de renda alternativa, mas em um instrumento de afirmação identitária, de fortalecimento feminino e de cuidado ambiental. Contudo, enfrenta um cenário alarmante de abandono por parte da gestão municipal, que recua sistematicamente de suas responsabilidades em fomentar a inclusão produtiva e valorizar o patrimônio imaterial local. Mesmo com o terreno

e o projeto prontos para a construção de um galpão coletivo, a ausência de recursos financeiros e o desinteresse político travam o avanço da iniciativa. Esse descaso revela um racismo estrutural que se expressa na marginalização das comunidades tradicionais, que só são lembradas quando interessa ao marketing institucional, mas ignoradas nas políticas públicas permanentes.

Em contraste, a cooperativa Fonte de Sabor apresenta um exemplo de êxito na articulação com diferentes esferas universidades, secretarias estaduais, órgãos técnicos e instituições financeiras que possibilitam suporte técnico, formação continuada e investimentos estruturantes. Ainda que enfrente desafios típicos de empreendimentos coletivos, como a necessidade de amadurecimento interno e acesso a conhecimento especializado, a cooperativa consegue caminhar com perspectivas claras de crescimento, diversificação de atividades e inserção em mercados maiores, inclusive internacionais. A estruturação sólida de uma rede de parcerias é um diferencial que tem sido determinante para sua sustentabilidade e inovação constante.

A disparidade entre esses dois casos denuncia uma crítica social profunda: o desenvolvimento comunitário e a inclusão produtiva não dependem apenas da boa vontade e organização interna das comunidades, mas estão profundamente condicionados pelas oportunidades e apoios externos. A cooperativa Fonte de Sabor é um exemplo do que é possível realizar quando há políticas públicas minimamente efetivas, suporte técnico e reconhecimento do potencial local. Já o Ateliê Casa do Barro é prova viva de que a falta de apoio institucional pode estagnar iniciativas valiosas, mesmo quando elas são organizadas, culturalmente ricas e ambientalmente responsáveis.

Essa comparação evidencia a urgência de políticas públicas mais equitativas e territorializadas, que reconheçam as desigualdades históricas entre assentamentos, comunidades quilombolas e demais grupos de base. O acesso à economia solidária, ao cooperativismo e ao desenvolvimento sustentável não pode ser um privilégio de alguns, mas um direito de todos os que resistem cotidianamente com criatividade, solidariedade e saberes ancestrais. É necessário que os governos locais e estaduais, bem como a sociedade civil, criem mecanismos de democratização dos apoios, garantindo que projetos como o Ateliê Casa do Barro possam florescer com a mesma força que hoje se observa na cooperativa Fonte de Sabor.

Conclui-se que ambos os casos são expressões potentes da capacidade de transformação social e econômica das comunidades quando organizadas em torno de princípios solidários. Contudo, o sucesso dessas iniciativas não é apenas reflexo de sua organização interna, mas sim do grau de reconhecimento, financiamento e inclusão promovidos pelo Estado. Promover

justiça social, nesse contexto, significa reequilibrar as condições para que todos tenham as mesmas possibilidades de construir um futuro digno a partir de sua própria realidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a analisar a importância socioeconômica e cultural das comunidades quilombolas de Pombal-PB, por meio das experiências do Ateliê Casa de Barro e da Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano, atingindo o objetivo central da pesquisa. A metodologia empregada, de caráter qualitativo e descritivo, baseou-se em pesquisa de campo, entrevistas semiestruturadas, observação direta e análise documental.

Quanto ao objetivo central e o resultado principal, a partir da análise revela o papel fundamental dessas iniciativas na geração de renda, no fortalecimento da autonomia financeira e na preservação das tradições locais. Notou-se o protagonismo feminino na condução das atividades e a adoção de práticas sustentáveis ligadas à economia solidária, que contribuem para o desenvolvimento sustentável e a redução do êxodo rural.

Ambas as comunidades possuem forte inserção no trabalho coletivo, com predominância de mulheres e famílias numerosas, reforçando a centralidade da organização comunitária para a sobrevivência e dignidade. As atividades empreendedoras demonstraram ser profundamente enraizadas nas práticas culturais locais (artesanato e agricultura familiar), atuando como instrumentos de resistência e afirmação cultural.

Apesar dos resultados positivos, identificaram-se limitações e desafios, como a escassez de políticas públicas, a dificuldade de acesso a financiamentos, a ausência de apoio institucional e a invisibilização cultural. No entanto, surgem oportunidades na potencialização das redes de cooperação, na valorização dos produtos locais e na ampliação de parcerias.

Como propostas para futuros trabalhos, sugere-se a realização de estudos mais aprofundados sobre: o impacto de políticas públicas específicas para o fomento de empreendimentos solidários em comunidades quilombolas; a análise de estratégias para ampliar o acesso a mercados e financiamentos para essas iniciativas; e o aprofundamento do estudo sobre o protagonismo feminino em outras comunidades tradicionais do semiárido nordestino.

Conclui-se que o Ateliê Casa de Barro e a Cooperativa Fonte de Sabor do Sertão Paraibano exemplificam a eficácia da economia solidária e da valorização dos saberes tradicionais como estratégias para o desenvolvimento territorial sustentável, pautado na justiça social, equidade de gênero e preservação cultural, promovendo a permanência no campo e a construção de um futuro digno para essas populações.

REFERÊNCIAS

- _____. **“Economia Solidária: um mundo de produção e distribuição”**. In: SINGER, P & SOUZA, A. R. *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. (2010). **A corda e o sonho**. *Revista HSM Management*, 80, p. 128-132.
- AGÊNCIA GOV. **Ministério da Cultura e Palmares celebram novas certificações a comunidades quilombolas**. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/ministerio-da-cultura-e-palmares-celebram-novas-certificacoes-a-comunidades-quilombolas>. Acesso em: 28 out. 2024.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. Atlas Brasil: **Abastecimento Urbano de Água**. Brasília: ANA, 2021. Disponível em: <https://www.snirh.gov.br/hidroweb/>. Acesso em: 20 maio 2025.
- ALBUQUERQUE, P. **Autogestão**. In: CATTANI, A. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz. ALEIXO, Anabela Silva Marques Duarte Fonseca et al. **Da economia social para a economia solidária**. 2015. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11388>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio**. BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. **Empreendedorismo: conceitos e definições**. *Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia*, 2014.
- BAYLÃO, André Luis da Silva; SCHETTINO, Elisa Mara Oliveira. **A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho Brasileiro**. CEDERJ/FACSUM/UNITAU FACSUM. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/20320175.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 1949. Tradução de *Le Deuxième Sexe*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- BIALOSKORSKI, Neto Sigismundo. **Aspectos Econômico das Cooperativas: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2006.
- BORNSTEIN, D.; DAVIS, S. **Social entrepreneurship: what everyone needs to know**. New York: Oxford University Press, 2010.
- BOSZCZOWSKI, A. K.; TEIXEIRA, R. M. **O empreendedorismo sustentável e o processo empreendedor: em busca de oportunidades de novos negócios como solução para problemas sociais e ambientais**. *Economia & Gestão*, v. 12, n. 29, p. 141–168, 2012.
- BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Programa Nacional de Crédito Fundiário – Terra Brasil**. Brasília: MDA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br>. Acesso em: 22 maio 2025.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso futuro comum**. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987.
- CANTILLON, Richard. **Essai sur la Nature du Commerce en Général**. 1755.

- CARRASCO, Cristina. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: FARIA, N. (Org.). *Mulheres rurais na economia solidária*. São Paulo: Expressão Popular.
- CARRIJO, Michelle de Castro; FERREIRA, Sara Regina Rizza. **Empreendedorismo feminino no Brasil: uma análise a partir de dados do Global Entrepreneurship Monitor (GEM)**. *Empreendedorismo, Gestão e Negócios*, v. 6, n. 6, mar. 2017, p. 200-225.
- CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2017.
- COLLYER, Francisco Renato Silva. **Muito além da Revolução: os aspectos políticos e sociais da maior revolução da idade moderna**. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, n. 4242, 11 fev. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/31268>. Acesso em: 31 jan. 2025.
- COLLYER, Francisco Renato Silva; LANDSTRÖM, H. **Pioneers in entrepreneurship and small business research**. New York: Springer Science, 2005.
- DICTORO, V. P.; HANAI, F. Y. **Percepção de impactos socioambientais: estudo de caso com moradores do rio São Francisco em Pirapora-MG**. *Raega - O Espaço Geográfico em Análise*, v. 40, p. 195-210, 2017.
- DIEHL, Astor Antônio; TATIN, Denise Carvalho. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor: práticas e princípios**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- ELKINGTON, John. **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business**. Oxford: Capstone, 1997.
- FARIA, N. **Mulheres rurais na economia solidária**. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. (Orgs.). FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certidão de reconhecimento da Comunidade Os Rufinos**, 2011.
- FIORINI, H.; ZAMPAR, F. M. **Gestão democrática e qualidade de vida**. 2015.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Quilombos ainda existem no Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/palmare/pt-br/assuntos/noticias/quilombos-ainda-existem-no-brasil>. Acesso em: 28 out. 2024.
- G1. **Agricultura familiar ocupa 67% das áreas rurais no Brasil, diz anuário da Contag**. G1, 8 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/03/08/agricultura-familiar-ocupa-67percent-das-areas-rurais-no-brasil-diz-anuario-da-contag.ghtml>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- GAIGER, Luiz Inácio. **Desafios teóricos e políticos da economia solidária**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 65, p. 19-34, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio. **Economia solidária: concepções e desafios**. São Paulo: Editora Unisinos, 2018.

GAIGER, Luiz Inácio. **Políticas públicas e economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

GAIGER, Luiz Inácio. **Sentidos e experiências da economia solidária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
GUSTAVO, Carlos; FIORINI, Carlos Antônio Zampar. **Cooperativismo e empreendedorismo**. 1. ed. Curitiba: Pandorga, 2015.

HISRICH, R. D.; PETER, M. P. **Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022: quilombolas: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: indicadores IBGE: 4º trimestre de 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Fasciculos_Indicadores_IBGE/2023/pnadc_202304_trimestre_caderno.pdf. Acesso em: 22 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados: Pombal**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/pombal.html>. Acesso em: 20 maio 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Incra). **Política quilombola é tema de reuniões na Paraíba**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/politica-quilombola-e-tema-de-reunioes-na-paraiba>. Acesso em: 28 out. 2024.

JARDIM, M. Jacinto A. **Social entrepreneurship**, 2019.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. *Economia Solidária*, v. 4, 2002. Disponível em: <http://www.franciscoqueiroz.com.br/portal/phocadownload/economia/economia%20solidaria.pdf#page=4>. Acesso em: 31 jan. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **Problemas teóricos da autogestão**. *GEOgraphia*, Niterói, v. 19, n. 41, 2017: set./dez. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13824>. Acesso: 05 fev. 2025.

LEITE, A.; OLIVEIRA, F. **Empreendedorismo e novas tendências**. Estudo Edit Value Empresa Junior, v. 5, p. 1-35, 2007. Disponível em: https://consultoria.editvalue.com/assets/sites/55a8a0b6301be3e68f000002/content_entry55a8

a2ce301be3470000057/55a8b6ae301be36dac000160/files/empreendedorismo-e-novas-tendencias-2007b5f4.pdf?1437122220. Acesso em: 05 fev. 2025.

LIMA, Pavlova Christinne Cavalcanti; LACERDA, Sheylla Nadjane Batista. **Formação e capacitação: ferramentas para o fortalecimento dos empreendimentos solidários**. In: trabalhadoras em empreendimentos de economia solidária. Florianópolis, 2004.

LISBOA, M. J. **Economia solidária: utopia ou realidade?** São Paulo: Cortez, 2003.

LISBOA, M. J. **Economia solidária: organização econômica alternativa**. São Paulo: Contexto, 2005.

LINDALVA, A. Cruz [et al.] (Orgs.). **Gênero e economia solidária: o fortalecimento das gestoras no sertão da Paraíba**. São Paulo: All Print Editora, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do Quilombo na África**. *Revista USP*, n. 28, São Paulo, 1996.

NALU; NOBRE, Miriam (Orgs.). **Cadernos Sempre Viva: a produção do viver**. São Paulo, nº não informado.

NIELSEN. **A evolução da sustentabilidade: como os consumidores estão moldando o futuro do consumo responsável**, 2024.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. **O processo de empoderamento de mulheres**. [Local e editora não informados].

PESSOA, E. **Tipos de empreendedorismo: semelhanças e diferenças**. 2005. Disponível em: <https://www.administradores.com.br/artigos/tipos-de-empreendedorismo-semelhancas-e-diferencas>. Acesso em: 27 fev. 2025.

PINTO, J. R. L. **Economia solidária: de volta à arte da associação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

RURAL. **Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 2011.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

SEBRAE PR. **Empreendedorismo feminino no Brasil: uma análise detalhada do 4º trimestre de 2024**. 2025. Disponível em: <https://sebraepr.com.br/impulsiona/empreendedorismo-feminino-no-brasil-uma-analise-detalhada-do-4o-trimestre-de-2024/>. Acesso em: 01 maio 2025.

SILVA, J. **História dos quilombos no Brasil**. 2020.

SILVA, João. *Economia solidária e autogestão: fundamentos para o desenvolvimento sustentável*. 2. ed. São Paulo: Editora Solidariedade, 2024.

SILVA, José Graziano da. **Segurança alimentar e desenvolvimento rural**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VICENTINO, Cláudio. **História geral e do Brasil: volume único**. São Paulo: Scipione, 2001. (Série Parâmetros).

WOLLSTONECRAFT, M. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução de A *Vindication of the Rights of Woman*. São Paulo: Editora Lafonte, 2021.

ZAHRA, S. A.; WRIGHT, M. **Understanding the social role of entrepreneurship**. *Journal of Management Studies*, v. 53, n. 4, p. 610-629, 2016.

ZARPELLON, S. C. **O empreendedorismo e a teoria econômica institucional**. *Revista Iberoamericana de Ciências Empresariais y Economía*, v. 1, n. 1, p. 47-55, 2010.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VII - GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS (CCEA)
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

APÊNDICE I – Roteiro de entrevista semiestruturada com o Ateliê Casa do Barro

I-PERFIL SOCIOECONÔMICO

- 1.1 Idade: _____
 1.2 Estado Civil: _____ Filhos _____
 1.3 Nível de escolaridade: _____
 1.4 Atividade desenvolvida: _____
 1.5 Renda Familiar: 1 a 3 salários () 4 a 6 salários () mais de 7 salários ()
 1.5 Chefe de família: SIM () NÃO ()

II- IMPORTÂNCIA SOCIAL, ECONÔMICA E CULTURAL - PARTICIPAÇÃO FEMININA

1. Como surgiu o Ateliê Casa do Barro? De quem foi a ideia de criar o empreendimento?
2. Quantas pessoas participam atualmente do empreendimento? Onde residem? São, em sua maioria, homens ou mulheres?
3. O empreendimento já teve outra liderança anteriormente? Caso sim, essa liderança era exercida por uma mulher ou por um homem?
4. Como são adquiridos os insumos utilizados na produção dos produtos do ateliê?
5. Como os produtos são comercializados? Há venda direta, participação em feiras, encomendas, outros meios?
6. Os moradores da comunidade costumam adquirir os produtos do empreendimento?
7. Como são divididas as atividades e funções entre os membros do empreendimento?
8. Qual é a média de renda mensal gerada pelo ateliê? E como os ganhos são divididos entre os participantes?
9. Como são tomadas as decisões dentro do empreendimento? Há reuniões? Votação? Consenso?

10 – Qual a relação entre as atividades desenvolvidas pela comunidade e a identidade Quilombola? De que forma essas atividades fortalecem sua cultura?

III – DESAFIOS PERSPECTIVAS

11. O Ateliê Casa do Barro recebe algum tipo de apoio ou incentivo? Se sim, qual tipo de apoio e de onde ele vem (gestão pública, ONGs, universidades etc.)?

12. Que mudanças e melhorias podem ser percebidas na vida dos membros após a criação do ateliê?

13. Em sua opinião, o Ateliê Casa do Barro trouxe mudanças significativas na vida das mulheres envolvidas? De que forma isso se manifesta?

14. Na visão dos membros, por que vale a pena cooperar? Quais são as vantagens e os aprendizados obtidos a partir da cooperação?

15. O empreendimento demonstra alguma preocupação ambiental? De que maneira essa preocupação é colocada em prática?

16. Quais são os principais desafios e dificuldades enfrentados atualmente pelo Ateliê Casa do Barro?



UEPB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VII - GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS (CCEA)
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

APÊNDICE II- Roteiro de entrevista semiestruturada com a Cooperativa Fonte do Sabor Paraibano

I - PERFIL SOCIOECONÔMICO

- 1.1 Idade: _____
- 1.2 Estado Civil: _____ Filhos _____
- 1.3 Nível de escolaridade: _____
- 1.4 Atividade desenvolvida: _____
- 1.5 Renda Familiar: 1 a 3 salários () 4 a 6 salários () mais de 7 salários ()
- 1.5 Chefe de família: SIM () NÃO ()

II - IMPORTÂNCIA SOCIAL, ECONÔMICA E CULTURAL - PARTICIPAÇÃO FEMININA

1. Você poderia se apresentar e contar um pouco sobre sua função dentro da cooperativa?
2. Como surgiu a cooperativa Fonte de Sabor? Quem foram os idealizadores?
3. Qual é o principal produto oferecido pela cooperativa?
4. Como é o processo de produção desses produtos? Vocês utilizam insumos locais e adotam práticas sustentáveis?
5. Quantas pessoas atualmente fazem parte da cooperativa?
6. Como se dá a participação dos cooperados nas decisões internas? Há divisão igualitária dos lucros ou rendimentos?
7. Quais os principais benefícios que a cooperativa trouxe para os moradores do Sítio São João e para a economia local?
8. De que forma a cooperativa promove a valorização da cultura e da agricultura familiar na região?

III – DESAFIOS PERSPECTIVAS

9. Há parcerias com outras instituições, como prefeitura, universidades, associações ou outras iniciativas locais?
10. Como é feita a comercialização dos produtos? A cooperativa participa de feiras, realiza vendas online ou possui ponto fixo?
11. Quais princípios da economia solidária vocês mais colocam em prática na cooperativa?
12. Quais foram (ou ainda são) os principais desafios enfrentados pela cooperativa?
13. Como vocês lidam com questões como acesso a crédito, burocracia, escoamento da produção e capacitação técnica?
14. A cooperativa já recebeu apoio de instituições públicas ou privadas, como Sebrae, prefeituras ou governo estadual?
15. Quais são os planos e sonhos para o futuro da cooperativa Fonte de Sabor?
16. Gostaria de acrescentar alguma informação que não foi abordada, mas que considera importante?